Caio Pompeia Ribeiro Neto

O MST em documentários e no *Jornal Nacional*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia das formas expressivas

Orientadora: Profa. Dra. Sylvia Caiuby Novaes

São Paulo

2009

Reprodução autorizada para fins de estudo e pesquisa.

Catálogo da Publicação
Biblioteca Florestan Fernandes
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ribeiro Neto, Caio Pompeia

O MST em documentários e no Jornal Nacional / Caio Pompeia Ribeiro Neto; orientadora Sylvia Caiuby Novaes. -- São Paulo, 2009.
113 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Antropologia Visual. 2. Movimento dos Sem Terra. 3. Documentário (estudo comparativo, aspectos antropológicos). 4. Telejornalismo (estudo comparativo, aspectos antropológicos). I. Título. II. Novaes, Sylvia Caiuby.

Nome: RIBEIRO NETO, Caio Pompeia

Título: O MST em documentários e no *Jornal Nacional*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia das formas expressivas

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof(a). Dr(a).

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação*.

* Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Ribeiro Neto, C. P. **O MST em documentários e no Jornal Nacional**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RESUMO

Esta pesquisa procurou compreender e comparar apresentações de reportagens do *Jornal Nacional* e de documentários sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O material audiovisual - cobrindo o período entre 1981 e 2009 - foi analisado a partir de suas próprias imagens e sons e com o intuito de estudar posturas, linguagens e temas. Momentos marcantes na trajetória do MST foram contemplados, tais como o aumento das ocupações no Pontal do Paranapanema na metade da década de 1990, o massacre de Eldorado do Carajás, a marcha nacional a Brasília em 1997, a entrada na fazenda da família do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva após a marcha de 2005, as ações em relação às empresas Aracruz e Vale, os acontecimentos em Xinguara.

Palavras-chave: Antropologia Visual, Movimento dos Sem Terra, Documentário, *Jornal Nacional*, Reportagem

ABSTRACT

This research aimed at understanding and comparing the Landless Workers' Movement (MST) presentations from *Jornal Nacional* and from documentaries. The audiovisual material - covering the period from 1981 to 2009 - was analyzed through its own images and sounds and with the intention of studying postures, languages and themes. Noticeable moments in the MST trajectory have been contemplated, such as the increase of land occupations in Pontal do Paranapanema in the middle of the 1990's decade, the Eldorado do Carajás massacre, the national march to Brasília in 1997, the occupation of former President Fernando Henrique Cardoso's family farm, the encounter with President Luiz Inácio Lula da Silva after the national march in 2005, the actions towards Aracruz and Vale, the happenings in Xinguara.

Keywords: Visual Anthropology, Landless Workers' Movement, Documentary, *Jornal Nacional*, Report

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
O MST.....	10
A comunicação para o MST.....	14
O Jornal Nacional.....	16
Os documentários.....	18
Veiculação.....	20
Comparações.....	21
Recepção.....	23
CAPÍTULO I – OS REALIZADORES, AS ATITUDES E AS LINGUAGENS.....	26
1.1 As imagens.....	26
1.2 O MST nas reportagens.....	32
1.3 O MST nos documentários.....	39
1.4 As nomeações.....	45
CAPÍTULO II – O MST E SUAS AÇÕES.....	47
2.1 O MST e as famílias de pequenos agricultores.....	47
2.2 Apoiadores.....	49
2.3 Trabalho de base.....	53
2.4 Ocupação.....	55
2.5 Violência.....	60
2.6 Acampamento.....	64
2.7 Assentamento.....	65
2.8 O MST e as autoridades dos três poderes.....	70
2.9 Ações conjuntas.....	76
CAPÍTULO III – ESTUDOS DE CASO.....	82
3.1 O massacre de Eldorado do Carajás.....	82
3.2 A marcha nacional de 1997.....	88
3.3 Ações da polícia do Paraná em relação ao MST.....	90
3.4 A marcha nacional de 2005.....	93
3.5 Uma ação em relação à Aracruz Celulose.....	96
3.6 O caso da Syngenta.....	100
CONCLUSÃO.....	103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
FILMOGRAFIA.....	110

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se deteve em apresentações audiovisuais sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dentro deste foco, a escolha foi por cem reportagens do *Jornal Nacional*, principal telejornal do país, de um lado, e por vinte e cinco documentários, modo audiovisual mais utilizado pelo MST, de outro. O objetivo final foi compor uma análise comparativa das linguagens, dos temas, das posturas dos realizadores e das pessoas filmadas.

O trabalho partiu da constatação de que embora existam diferenças importantes entre as matérias jornalísticas e os documentários, as comparações entre os dois modos ajudam a pensar uns aos outros, as representações sobre o MST em um sentido mais amplo e a própria atuação do movimento.

A pesquisa foi desenvolvida com ênfase no próprio material audiovisual, tendo MacDougall (1998) como a referência analítica principal. Este autor reflete sobre as características das obras audiovisuais a partir das atitudes dos realizadores. Houve também a atenção para as ações das pessoas filmadas, segundo a sugestão de Caiuby Novaes (2004: 12-14).

Testemunhas da cobertura do *Jornal Nacional* de 1995 até 2009, as matérias foram estudadas a partir de diversas fontes: no sítio da Rede

Globo na internet, em acervo audiovisual mantido pelo MST, no sítio de vídeos *YouTube*, em transcrições literais de falas e descrições de imagens divulgadas por outros pesquisadores (ALDÉ; LATTMAN-WELTMAN, 2000, MARÇOLLA, 2000, ARCOVERDE, 2003 e SOUZA, 2004), em descrições de falas no sítio do *Jornal Nacional* e assistidas ao vivo durante a transmissão do telejornal.

Os vinte e cinco documentários sobre o MST cobrem um período mais longo: 1981 a 2009. Eles foram encontrados principalmente no acervo do movimento.

O capítulo I está voltado principalmente às linguagens e posturas dos sujeitos identificadas nas reportagens e documentários, enquanto o capítulo II foca os temas apresentados por ambos. O terceiro capítulo é composto de uma série de comparações diretas entre reportagens e documentários que trataram dos mesmos casos, com contextualização de cada uma das situações.

O MST

O MST começou a ser constituído durante o processo de mudanças sociais e políticas que ocorreram no período de redemocratização vivido no Brasil entre o final da década de 1970 e o início da década posterior. Neste processo crescia o protagonismo de pequenos agricultores,

estimulado em grande medida pelas atividades pastorais das Igrejas Católica e Luterana.

Conforme aponta Mançano (2000: 50), a constituição do MST deve ser compreendida a partir de uma série de ações entre 1979 e 1984. Alguns exemplos podem ser destacados. As ocupações das glebas Macali e Brilhante, na fazenda Sarandi, em 1979, e o acampamento na Encruzilhada Natalino, a partir do final de 1980, ambos no Rio Grande do Sul, foram ações empreendidas por pequenos agricultores que demandavam terra para trabalhar em áreas próximas daquelas onde tinham vivido. No Paraná, famílias que moravam em área afetada pela construção da usina de Itaipu se uniram e montaram acampamento. Em Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul também aconteciam ações organizadas (MANÇANO, 2000: 63-70).

As articulações entre pequenos agricultores foram se intensificando ao longo do início dos anos 1980. Um encontro regional reunindo os cinco estados citados no parágrafo anterior foi organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em julho de 1982. Em setembro do mesmo ano ocorreu um evento nacional com a participação de representantes de 17 estados.

Esses espaços de troca de experiências e concepções foi fundamental para que o MST fosse fundado formalmente em 1984, durante um encontro de pequenos agricultores (MANÇANO, 2000: 50). Nele estiveram presentes religiosos, assessores e sindicalistas. Alguns

fundadores falaram sobre aquele momento em entrevistas no documentário espanhol *Los sin tierra: por los caminos de América* (Miguel Barros, 2003).

Mais organizado no sul do Brasil durante a década de 1980, na década seguinte o MST intensificou o trabalho de expansão de sua atuação em diversos estados do país (NAVARRO, 2002: 193). Para tanto, em muitos casos, líderes das regiões onde o movimento encontrava-se mais estruturado foram atuar em novas áreas. Houve, nesta expansão, uma relativa unificação das práticas políticas em relação à questão da terra. Genivaldo Vieira da Silva, participante desse processo no estado de Alagoas, foi o protagonista do documentário *O tempo e o lugar* (Eduardo Escorel, 2008). Silva, que há anos tinha sido expulso do movimento, fez no vídeo uma série de críticas à referida expansão da atuação no seu estado.

A partir da segunda metade da década de 1980 o MST enrijeceu sua hierarquia interna (NAVARRO, 2002: 204). Em meados dos anos 1990 o movimento ampliou seu poder de atuação e se tornou um importante agente de modificações sociais e econômicas. Navarro (2002: 212-213) aponta:

São vários os casos, por exemplo, de regiões antes relativamente “adormecidas”, do ponto de vista econômico, mantendo raríssimas atividades produtivas e que se tornaram relativamente dinâmicas, impulsionadas pela presença de assentamentos que foram formados na área e, igualmente, com a chegada da organização dos sem-terra e seus

líderes, ou seja, por um novo conjunto de “agricultores-tornados-dirigentes-municipais”, que passaram a pressionar mais intensamente as instituições locais, interferindo mais incisivamente na implantação das políticas governamentais e, em especial, passando a exercer maior vigilância sobre as práticas políticas. Essas pequenas regiões sub-nacionais revitalizadas são inúmeras, espalhadas em quase todo o Brasil, e respondendo pelo nascimento de um conjunto de famílias rurais mais participativas e, em consequência, contribuindo para a democratização de seus respectivos municípios. Como resultado, a multiplicação dos assentamentos em praticamente todos os estados tem produzido, especialmente, a renovação política desses rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes comandadas especialmente pelos grandes proprietários de terras. Os próprios assentamentos também derivam, em grande parte, da ação de pressão do Movimento e, menos, de prévias decisões governamentais.

O movimento tem contribuído decisivamente para estimular líderes locais a cobrarem direitos básicos das autoridades, como o acesso ao ensino fundamental e médio. Parte considerável da construção e manutenção das escolas públicas em assentamentos e acampamentos relacionados com o MST tem tido intensa participação das famílias. São aproximadamente duas mil escolas, segundo informação divulgada em uma coletiva de imprensa organizada pelo movimento em janeiro de 2009. Ainda segundo dados anunciados nessa coletiva, pelo menos cinquenta mil adultos já foram alfabetizados dentro de assentamentos e acampamentos.

Nos últimos anos a reforma agrária tido seu espaço diminuído no debate público nacional. O agronegócio de grande escala tem, com o apoio do governo, se destacado como fonte de divisas para o país.

A comunicação para o MST

Os meios de comunicação sempre foram importantes para o movimento. Na Encruzilhada Natalino, um boletim mimeografado foi usado na relação com os apoiadores. *Encruzilhada Natalino* (Ayrton Centeno e Guaracy Cunha, 1981), filme realizado no acampamento de mesmo nome, foi bastante utilizado no começo da década de 1980 para incentivar a organização de pequenos agricultores (MANÇANO, 2000: 61). No primeiro congresso, em 1985, os líderes já apontavam a divulgação da situação e dos direitos dos pequenos agricultores como um dos principais objetivos.

O *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, originado daquele boletim, é o mais tradicional meio de comunicação do MST. Em suas páginas são muito presentes análises políticas e relatos de experiências de diversas regiões. De um modo geral, o jornal, que tem como leitores principais os participantes do movimento, auxilia no fortalecimento de uma identidade proposta pelo MST (PASSOS, 2000: 18).

A partir da segunda metade da década de 1990, época em que a presença do MST nos meios de comunicação de grande alcance começava a aumentar acentuadamente, os líderes passaram a atribuir maior importância à diversificação de seus próprios meios. Neste sentido, a *Revista Sem Terra* foi criada com o objetivo de divulgar informações do MST para potenciais apoiadores urbanos, como professores universitários. A página na internet, criada também nesse período, passou a funcionar como um espaço ágil de divulgação das ações do movimento e de denúncias e críticas relacionadas aos problemas decorrentes da questão agrária.

Conforme o MST passou a obter mais espaço nos meios de comunicação de alcance nacional, cresceu também a importância atribuída pelos líderes a essas veiculações. O movimento passou a pensar a sua relação com essas empresas com mais cuidado.

O MST tem mantido assessores de imprensa em vários estados do país. Estes assessores propõem pautas e divulgam notas para os meios de comunicação, além de intermediar entrevistas com líderes (VARGAS, 2006)¹. A assessoria de imprensa, tal como em uma empresa, procura veicular uma imagem positiva do movimento.

¹ Existe a concepção, dentro do movimento, de que os meios de comunicação de grande alcance costumam ser muito parciais ao tratar dos atores envolvidos diretamente com a questão agrária.

O *Jornal Nacional*

A televisão aberta tem um amplo domínio no Brasil², que decorre, em grande parte, da política de integração nacional promovida durante a ditadura militar.

Dentre as concessionárias, a Rede Globo se destaca. Ela possui cinco emissoras próprias e mais de cem afiliadas. O *Jornal Nacional* é o seu principal telejornal. Ele estreou em 1969 como o primeiro programa televisivo apresentado ao mesmo tempo para diversas regiões do país. Desde o início, foi estrategicamente colocado entre duas novelas e apresentado em horário nobre, conquistando e consolidando rapidamente a liderança em relação à audiência.

O *Jornal Nacional* tem sido um telejornal imprescindível para que questões importantes para o país tornem-se - ou não - difundidas nacionalmente³.

Foi entre o final de 1994 e 1995 que o MST passou a ser noticiado com relativa frequência em reportagens do *Jornal Nacional*⁴. As matérias deste período foram principalmente em torno da atuação do movimento

² Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente aos anos de 2006 e 2007 apontou que 94,5% dos domicílios brasileiros tinham aparelhos de televisão.

³ Segundo a Agência Estado, a audiência do telejornal em índices absolutos - apontada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) a partir de medições na Grande São Paulo - para a média dos dois primeiros meses de 2009 foi de 28,3%. Os números são muito expressivos, mas a comparação com a média dos mesmos meses em 2000 (39,3%) aponta queda considerável.

⁴ Aproximadamente dez anos após a sua fundação.

no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo. O MST foi apresentado como segredo que estaria sendo revelado.

As imagens do massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 1996, foram muito mostradas no telejornal. As reações públicas também. Em anos posteriores, as manifestações do MST no dia do mês em que ocorreu a matança obtiveram cobertura.

A marcha nacional a Brasília de 1997 foi bastante destacada no *Jornal Nacional*, tendo sido apresentada dentro de um enfoque perceptível a partir de 1996: um antagonismo entre o movimento e o governo de Fernando Henrique Cardoso. Até 2002 esta oposição continuou, com ênfase nas ocupações de fazendas e de prédios públicos.

Foram apresentadas, no telejornal, críticas recíprocas entre o MST e o governo federal durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva⁵. No entanto, houve também momentos de elogio e de entendimento⁶. A grande mudança em relação ao período do governo anterior, perceptível no telejornal, foi a consolidação do antagonismo entre o movimento e grandes empresas que atuam no campo.

⁵ As ocupações e frases impactantes de líderes tiveram destaque principalmente nos primeiros anos desse governo.

⁶ Como no encontro de representantes do MST com o presidente após a chegada da marcha em Brasília no ano de 2005.

O início e a manutenção da cobertura em série sobre o MST no *Jornal Nacional* foram motivados em grande parte pela competição entre as empresas de comunicação⁷. Segundo Bucci (1997: 38), a Rede Globo

[...] é uma empresa capitalista e seu projeto é expandir-se como tal: lucrar e crescer. As alianças políticas que faz são explicadas por isso e não o contrário. Ela muda como se não tivesse caráter, mas tem um projeto capitalista como as outras empresas de comunicação. E se um dia puser bandeiras vermelhas e descobrir que com isso aumenta a audiência, e que aumentando a audiência vai ter mais anúncio, e que o anúncio vai custar mais caro, ela vai fazê-lo, como já fez várias vezes.

Os documentários

O mundo rural tem sido apresentado no audiovisual brasileiro desde a época do cinema mudo, mas documentários com ênfase nos pequenos agricultores passaram a se destacar principalmente a partir da década de 1960. *Maioria absoluta* (Leon Hirszman, 1964) e *O país de São Saruê* (Vladimir Carvalho, 1971) são bastante representativos desta época. *Cabra marcado pra morrer* (Eduardo Coutinho, 1984) é, sem dúvida, o mais importante. O filme, iniciado como ficção sobre o assassinato de um líder das Ligas Camponesas em 1964, e interrompido pelas ações de

⁷Um conjunto de fatores esteve relacionado com o início das veiculações, como a intensificação das ocupações no Pontal do Paranapanema, a realização do III Congresso do movimento em Brasília e os dois principais massacres, em Corumbiara e em Eldorado do Carajás.

militares após o golpe, foi retomado no início de 1980 pelo diretor. O documentário apresentou Coutinho em seu reencontro com as pessoas que haviam participado das filmagens, com destaque para a família do líder.

O processo de mobilização de pequenos agricultores ocorrido entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 e a fundação do MST inspiraram muitos realizadores. Entre 1981 e 1987 os filmes se concentraram em mostrar o processo de mobilização dos pequenos agricultores no sul do país, focando a vida nos acampamentos. O contexto histórico que havia influenciado as famílias a acampar foi mostrado principalmente como fruto de decisões que teriam privilegiado os grandes fazendeiros. Enquanto estes apareceram deslegitimados, os acampados foram mostrados como reivindicantes de terra para trabalhar. Houve, nesses filmes, uma série de críticas sobre a atuação dos governos estaduais e federal em relação à questão agrária. São exemplos: *Encruzilhada Natalino*, *A classe roceira* (Berenice Mendes, 1985) e *Terra para Rose* (Tetê Moraes, 1987).

O ritmo de realizações não aumentou na década de 1990. Os documentários realizados no início deste período trataram da questão agrária de um modo geral. A marcha nacional de 1997 foi um fator de inspiração na segunda metade da década. Um exemplo é *A tomada de Brasília* (Alderon Pereira da Costa, 1997).

Foi a partir de 2000⁸ que os documentários sobre o MST começaram a demonstrar maior vitalidade e diversidade, com vídeos apresentando o processo pelo qual passam as famílias que obtêm a posse da terra, denúncias relacionadas à questão agrária e êxitos em assentamentos. As críticas a governantes e a grandes fazendeiros continuaram. Houve também, nesses vídeos, participação de políticos que seriam a favor do MST.

É possível perceber no ano de 2004 o início de uma estratégia de reapresentação⁹ das ações realizadas pelo MST e por outros movimentos em relação às grandes empresas que atuam no campo. No entanto, o foco não esteve necessariamente nas ações em si, como no caso das matérias jornalísticas, mas em suas razões, nas características das empresas e nas consequências de suas atuações.

Veiculação

O *Jornal Nacional* é apresentado diariamente¹⁰ na televisão aberta em função da concessão pública que lhe foi outorgada e depois renovada.

Os documentários sobre o MST são exibidos em acampamentos, assentamentos, encontros e marchas. Eles são vistos por alguns

⁸ Foi evidente, principalmente neste ano, a influência nos documentários de fotos, música e texto do livro *Terra* (Salgado, 1997).

⁹ Dado que já haviam sido apresentadas em grandes meios de comunicação.

¹⁰ Com exceção dos domingos.

participantes do movimento e por apoiadores como “instrumento de formação” e de mobilização de acampados e assentados, além de ser meio para comunicar idéias e experiências com o intuito de conquistar apoio de pessoas não diretamente relacionadas com a questão agrária.

Para tanto, eles às vezes são mostrados em outros espaços, como universidades e praças, dentro de uma estratégia que é denominada internamente como “relação com a sociedade”. Esta intenção é amplificada pela veiculação e a venda de vídeos através da página eletrônica.

Alguns já foram exibidos em outros países¹¹. *O arquiteto da violência* (CPT e MST, 2000), por exemplo, legendado em inglês, francês e espanhol, foi mostrado na Europa a representantes de entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.

É comum a organização de debates mediados por líderes ou apoiadores após o encerramento das sessões.

Comparações

As prioridades de um documentário não são as mesmas que as de uma reportagem de telejornal. Se nesta última deve-se buscar

¹¹ As ações do MST têm encontrado apoio considerável na Europa e na América do Norte. Foram importantes, neste sentido, as reportagens de empresas jornalísticas mundialmente influentes e as exposições das fotos de Sebastião Salgado.

imparcialidade e objetividade, um documentário não tem, necessariamente, esta intenção. Ele pode defender abertamente um determinado ponto de vista.

Outro elemento fundamental para a compreensão das distinções é a vinculação ao mercado. Os editores do telejornal estão constantemente pressionados pelas medições de audiência; os realizadores dos documentários, não. Enquanto o telejornal obtém sua receita em função das medições de audiência, os documentários são produzidos com financiamentos diversos. Como pode ser notado na filmografia, a grande maioria foi realizada com apoio de verbas públicas ou de organizações da sociedade civil.

As exigências vividas pelas jornalistas que trabalham na TV influenciam a adesão a fórmulas consagradas e pouco flexíveis, o que é muito diferente do que vivem os realizadores dos documentários.

Enquanto as reportagens devem ser pautadas pela concisão e pelo corte rápido, os documentários são muito mais longos e contêm cenas com maior duração. Segundo MacDougall (1998: 220), essas imagens são mais ambíguas e têm mais centros que podem despertar a atenção de quem assiste.

Os realizadores dos documentários têm maior tempo de trabalho e pesquisa, o que contrasta com a rapidez necessária para se fazer um telejornal diário.

Se o *Jornal Nacional* tem um público extraordinariamente diversificado, muitos documentários sobre o MST indicam ter como objetivo atingir públicos específicos. *Encruzilhada Natalino*, por exemplo, é mais voltado ao pequeno agricultor. *Terra é mais que terra* (Aline Sasahara e Estevão Tutu Nunes, 2002) é endereçado principalmente aos assentados, o que pode ser notado pelo estímulo do vídeo às técnicas de agroecologia que são mostradas. *A classe roceira* tem como interlocutor o morador da cidade, e chama sua atenção: “O acampamento sem-terra fica à margem de tudo. À margem do rio, à margem da estrada, à margem da sociedade urbana, que um dia vai querer saber de onde vem a comida que ela come”.

Recepção

Há indícios de que a recepção das reportagens e dos documentários seja polarizada entre os que tenham opinião relativamente consolidada sobre a questão agrária. Quem não se sente razoavelmente informado, no entanto, tende a estar mais receptivo ao que é veiculado. A partir de uma pesquisa de campo sobre a recepção de uma novela em Montes Claros, cidade média do norte de Minas Gerais, Almeida (2003: 178-179) aponta um

[...] forte viés de leitura de *O Rei do Gado*, que pode ser generalizado: quem tem uma posição muito forte e politicamente marcada, vê na novela sempre o discurso oposto à sua opinião. Assim, para esta irmã¹², a novela era contrária ao MST [...], e para os proprietários de terras ou aqueles que vêem o movimento dos sem-terra como “baderna”, a novela era uma incitação às invasões [...]. Por outro lado, há quem não tivesse forte identificação nem com o movimento dos sem-terra, nem era bem informado sobre a questão - era para estes que a novela era considerada como informativa.

Silva (1985) chegou a algumas conclusões sobre a recepção do *Jornal Nacional* a partir de trabalho de campo em dois bairros operários - um na região Sudeste e outro na região Nordeste. As hipóteses confirmadas também podem ser pensadas em relação aos documentários. Segundo o autor, o telejornal teria uma grande influência sobre aqueles telespectadores. No entanto, a autonomia dos receptores seria maior quando determinados fatores estivessem presentes.

Um deles é o acesso a outras fontes. Se uma pessoa tiver a possibilidade de cruzar fontes de informação, através de contatos pessoais ou mesmo a partir de outros meios de comunicação, terá maior chance de se posicionar criticamente diante das opções feitas pelo telejornal em relação à cobertura das ações do MST.

Outro fator citado por Silva é o conhecimento pessoal sobre o tema tratado. Um acampado pode compreender melhor uma matéria sobre um acampamento do que quem nunca esteve nesta situação.

¹² Segundo ela, a novela manipularia seus telespectadores.

Um terceiro é o conhecimento sobre os meios de comunicação. Quanto mais um telespectador entender sobre como a câmera e a edição, por exemplo, são usadas na realização das matérias televisivas, menos tendência ele terá em aceitar as reportagens enquanto espelho do real¹³.

¹³ O projeto *Cinema na Terra*, desenvolvido pelo MST, levou em consideração esta questão, pois além de viabilizar a projeção de filmes em assentamentos, procurou também estimular o debate sobre as linguagens.

CAPÍTULO I – OS REALIZADORES, AS ATITUDES E AS LINGUAGENS

1.1 As imagens

Alguns símbolos e formas de ação nascidos - ou resgatados - no processo de constituição e consolidação do MST são muito fortes e estão intrinsecamente relacionados com a identidade do movimento, sua apresentação pública e a consequente atração de diversas formas de apoio e de contestação. A bandeira é muito frequente quando ações do MST são mostradas nas reportagens e documentários, e identifica-o de imediato. Segundo o movimento, em sua página na internet:

A bandeira tornou-se símbolo do MST em 1987, durante o 4º Encontro Nacional. Ela está presente nos acampamentos e assentamentos, em todas as mobilizações e lutas, nas comemorações e festas, nas casas dos que têm paixão pelo Movimento.

Significado das cores e desenhos que compõem a nossa bandeira:

Cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade.

Cor branca: representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos.

Cor verde: representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos.

Cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram lutando pela nova sociedade.

Mapa do Brasil: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela reforma agrária deve chegar a todo o país.

Trabalhador e trabalhadora: representa a necessidade da luta ser feita por homens e mulheres, pelas famílias inteiras.

Facção: representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

A ocupação de fazendas¹⁴ foi traduzida em imagens de diversas maneiras. Um dos desenhos utilizados pelo *Jornal Nacional* na apresentação de matérias sobre o MST refere-se diretamente a ela. Muito mostrado na década de 1990, o selo enfatizava a “invasão” de propriedade particular com uma marca de bota na terra que ultrapassava limites de uma cerca. As faixas avermelhadas enquadrando o desenho aludiam às concepções políticas do movimento.

O documentário *Raiz forte* (Aline Sasahara e Maria Luisa Mendonça, 2000) mostrou a abertura de um portão trancado utilizando um mecanismo do cinema ficcional: foram justapostas cenas de fora - olhar dos manifestantes - intercaladas com cenas de dentro da fazenda - olhar do fazendeiro ou funcionário -, de modo que a atitude das pessoas que se ajoelharam ritualisticamente na entrada da terra foi gravada por câmera que já estava do lado de dentro. Em *Los sin tierra* apareceu uma tomada da abertura de um portão: o câmera também já estava dentro - e o objeto que o trancara já havia sido rompido.

¹⁴ Embora as ocupações tenham sido realizadas por pequenos agricultores mesmo antes da fundação do MST, muitos anos se passaram até que elas comessem a chamar bastante atenção dos grandes meios de comunicação.

Este posicionamento dos câmeras lembra uma fotografia de Salgado (1997: 136-137) que contribuiu para divulgar uma imagem potente - e idealizada - sobre essa ação. Martins (2008: 142) chama atenção:

Ele atravessou antes da personagem coletiva o limite entre o proibido e o permitido para testemunhar a transgressão do lado em que a transgressão tem seu maior sentido, o da propriedade invadida. Do lado de fora, não teria testemunhado o sentido profundo do ato invasivo. Do lado de dentro, revela o sentido histórico da ocorrência, o amplo e profundo significado da organização, da romaria, da procissão, da luta. Mas, ao fazer isso, privou o ato de sua dimensão ritual, destituiu a liturgia da conquista de sua dimensão épica, dando-lhe a conotação de simulação do épico. A fotografia esvaziou o fato.

O câmara de *Zé Pureza* (Marcelo Hernandez Macedo, 2006) esperou manifestantes entrarem antes dele durante uma ocupação. O plano sem cortes mostrou que ele se movimentou na direção de um pedaço de arame cortado da cerca, procurando compor um enquadramento com os que entravam na área. Ao aproveitarem uma das cenas da ocupação em *Raiz forte*, os editores de *Lutar sempre! - V Congresso Nacional do MST* (Brigada de Audiovisual da Via Campesina, 2007) escolheram o olhar que representava quem estava fora da fazenda.

Os barracos de lona preta em acampamentos, muito presentes nas reportagens e documentários, simbolizam simultaneamente a intenção de morar na terra ocupada e a precariedade da vida dos acampados. A

questão da moradia - e a segurança advinda dela - é fundamental para muitas famílias de pequenos agricultores (MARTINS, 2003: 17).

As foices, enxadas e facões também aparecem bastante. Em *Raiz forte* um líder falou para manifestantes antes da ocupação de uma fazenda:

É por isso que nós temos aqui hoje as nossas ferramentas de trabalho, a nossa foice, a nossa enxada, o nosso facão, e não temos aqui um fuzil. Com violência nós não chegamos a lugar nenhum, mas é a nossa ferramenta de trabalho que vai nos levar para o nosso pedacinho de chão [...].

Em algumas manifestações mostradas tanto nos documentários como nas reportagens, as ferramentas apareceram sendo seguradas na posição vertical e com os cortes para cima. Conforme Martins (2008: 155):

A foice é uma ferramenta. Sua posição de uso é sempre de cabo para cima e corte para baixo. No MST houve a inversão simbólica das ferramentas, o instrumento de trabalho mostrando seu outro lado, a dimensão do significado contestador que pode ter quando invertido, a contrapartida necessária do trabalho é a luta. Com o corte para cima, a foice é também arma de luta, instrumento de intimidação, expressão do espírito reivindicante e agressivo, forma de dizer que além de trabalhar o trabalhador pode lutar por aquilo que julga um direito, especialmente o direito de trabalhar. O trabalho se revela aí como luta, a luta que há no trabalhar e na conquista das condições de trabalho por meio do aceso à terra.

Esta atitude abre espaço para interpretações distintas. A repórter sugeriu a ameaça que as ferramentas poderiam representar em uma reportagem do *Jornal Nacional* que cobriu a chegada da marcha em Brasília em 17 de março de 1997: “[...] trouxeram símbolos do movimento, como as foices e os facões. Os policiais ficaram por perto. Eles só levaram cassetetes”.

Um selo que tem sido bastante utilizado pelo *Jornal Nacional* na abertura de reportagens sobre o MST na década de 2000 apresenta as sombras de homens segurando ferramentas com os braços erguidos na frente de uma cerca cortada, sugerindo, além da ameaça à propriedade privada e da clandestinidade, agressividade.

Algumas imagens foram decisivamente negativas, como as cenas de lixo acumulado e bagunça após a entrada na casa da fazenda da família do então presidente Fernando Henrique Cardoso, mostradas no *Jornal Nacional* nos dias 23 e 25 de março de 2002.

Outras, como a do carro sendo atacado em Xinguara, ou da porta quebrada do Ministério da Agricultura, respectivamente exibidas no telejornal em 20 de abril e 10 de março de 2009, atraem o telespectador de modo emocional e sugerem violência.

Por outro lado, imagens de pequenos agricultores trabalhando na terra e colhendo frutas e vegetais, mostradas em alguns documentários, comunicam que os assentados conseguem produzir alimentos.

A partir da segunda metade da década de 1990, quando começou a ser apresentado com frequência nos meios de comunicação, o MST passou a planejar suas manifestações públicas com maior cuidado. A mudança é perceptível quando comparadas, por exemplo, as marchas estaduais da década de 1980 - como a dos acampados no Paraná em *A classe roceira* e a dos acampados no Rio Grande do Sul em *Terra para Rose* - e as marchas nacionais de 1997 e 2005, mostradas tanto em documentários quanto em reportagens do *Jornal Nacional*. Enquanto nas marchas da década de 1980 as pessoas caminhavam com a roupa do cotidiano, nas marchas nacionais a utilização de camisetas padronizadas pela grande maioria dos manifestantes - brancas em 1997 e vermelhas em 2005 - foi marcante. Nestas duas últimas marchas o vermelho das bandeiras do movimento também se destacou muito.

No primeiro encontro público com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva após sua eleição, mostrado em 2 de julho de 2003 pelo *Jornal Nacional*, representantes do MST levaram um boné e uma bola com o símbolo do movimento, além de uma cesta com alimentos produzidos nos assentamentos. No dia primeiro de abril de 2002 o telejornal noticiou a entrega de uma bandeira do MST, por um líder, a Yasser Arafat, então cercado por tropas israelenses. No último dia do V Congresso do movimento na capital federal, 14 de junho de 2007, uma bandeira vermelha com desenho do rosto de Che Guevara chamou atenção do cinegrafista ao ser colocada sobre o busto de Juscelino Kubitschek. Na

reportagem que apresentou a cena o apresentador falou que o MST estaria demandando maior agilidade na reforma agrária.

1.2 O MST nas reportagens

Na elaboração das matérias do *Jornal Nacional* ocorre uma clara demarcação de atividades. Os repórteres e cinegrafistas vão a campo com pautas pré-elaboradas e treinados segundo as convenções do telejornalismo da Rede Globo. A aprovação quanto às matérias que serão veiculadas cabe ao editor-chefe e aos editores executivos, ocorrendo casos em que superiores na hierarquia do jornalismo da concessionária podem participar. Segundo Bucci (1997: 38):

No telejornalismo há algum controle, mas acabou o tempo em que tinha o censor dentro das redações. Hoje, o repórter tem uma pauta, apura, acha que precisa fazer a pauta nesses termos porque o editor vai gostar, eventualmente promovê-lo. O editor quer garantir a audiência e para isso precisa ter espetáculo. Aquele coletivo funciona como um organismo ideológico que faz o telejornal ser o que é.

Nas reportagens que tratam do MST, as imagens e falas que recebem espaço destacado são as que impactam e, conseqüentemente, atraem mais audiência.

Os apresentadores são os porta-vozes da instituição. Abrem as reportagens lendo os textos ao vivo, de tal modo que parecem estar

olhando para o telespectador. A mesa de apresentação situada em mezanino dentro da redação¹⁵ procura transmitir a noção de organicidade entre a realização e a exibição das matérias.

Na estrutura paradigmática de apresentação das matérias no telejornal o repórter não costuma ser visto de imediato após a fala do apresentador. Sua voz frequentemente entra narrando o episódio tratado simultaneamente à exibição de imagens. Depois desta etapa ele pode aparecer falando para a câmera no local onde foram feitas as gravações, sugerindo proximidade com o que está sendo noticiado.

Nas matérias do *Jornal Nacional* sobre o MST não costumam ser apresentadas evidências para que os telespectadores possam entender melhor como foi a relação da equipe de reportagem com quem foi filmado. Exceções, as duas principais menções aos bastidores das coberturas dos jornalistas - Eldorado do Carajás e Xinguara - ocorreram porque as equipes haviam ficado em situação de perigo.

Em 1996, durante o massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, uma repórter de emissora afiliada da Rede Globo e um cinegrafista de emissora afiliada do SBT estavam escondidos com manifestantes em um barraco. Em determinado momento, a jornalista saiu do casebre gritando para que os policiais parassem de atirar. O MST afirmou na época, em nota a jornalistas, que a presença de profissionais dos meios de comunicação havia protegido os manifestantes de um massacre que poderia ter sido

¹⁵ Desde 2000.

pior e que a divulgação das imagens poderia contribuir para evitar novas chacinas.

As imagens gravadas pelo cinegrafista foram fundamentais para que o massacre tomasse a repercussão que tomou. “O que deu destaque para os mortos do Pará foi menos o fato e mais as imagens espetaculares que o relatavam”, aponta Bucci (2004: 227).

Em 2009, em Xinguara, estado do Pará, um repórter e um cinegrafista de uma afiliada da Rede Globo - dentre outros profissionais - haviam sido convidados para apurar críticas contra acampados de uma fazenda¹⁶. Ao chegarem, foram conversar com o responsável pela fazenda e em seguida se dirigiram para outros locais para averiguar o que estava ocorrendo. Neste processo, encontraram um grupo de acampados marchando em direção à sede da fazenda, onde ficavam os seguranças. Quando a marcha passou por eles, os repórteres tiveram suas câmeras tomadas e foram instruídos a caminhar à frente da marcha. Ao se aproximarem da porteira da sede, os instrumentos foram devolvidos e os repórteres saíram da dianteira. Os acampados adentraram a área da sede e em seguida muitos tiros foram disparados. O cinegrafista da afiliada da Rede Globo havia recomeçado a filmar e ficou em posição vulnerável. Ele comentou no canal de notícias a cabo da Rede Globo, a *Globo News*:

¹⁶ A dupla foi levada por avião pago pelo grupo que havia comprado a área, fato não relatado nas reportagens do telejornal que apresentaram os acontecimentos.

Aí eu já comecei a gravar... Já estou no meio mesmo, aí comecei a gravar e foi acontecendo coisa, e nisso já começou a sair tiro, aí você perde a noção da gravidade do fato e quer registrar a imagem, e foi o que eu fiz. Depois eu encontrei lá uma mangueira [...] e fiquei escondido registrando as imagens.

O repórter falou neste mesmo canal:

[...] uma experiência bastante ruim pra qualquer pessoa, ficar num fogo cruzado entre sem-terra e seguranças da fazenda... A todo momento procurava um abrigo... Temi também pela vida do cinegrafista que estava também no conflito, no meio também de balas, mais dois repórteres de outras emissoras, de outros jornais escritos, da cidade de Marabá, que também estavam lá. Eu temi pela vida de todos.

Quando apresentadas no telejornal, as vozes das pessoas envolvidas com a questão agrária podem confirmar, expandir ou contestar o que foi dito pelo apresentador e pelo repórter. As frases podem remeter ao universo da própria experiência ou fazer generalizações. Entretanto, são falas mediadas e resultantes de edições de entrevistas ou de outras situações de interação, como aponta MacDougall (1998: 97). Não devem ser entendidas, portanto, como colocações diretas.

Os acampados e assentados têm poucas falas apresentadas no telejornal. Quem costuma aparecer são os principais líderes. Uma fala de João Pedro Stedile foi mostrada em 21 de maio de 1997:

Todos os pobres do Brasil e especialmente os que moram nas cidades: para resolverem seus problemas, não esperem pelo governo, se organizem. Então, se o sujeito não tem casa, não consegue mais pagar o aluguel, se organize para pressionar o governo para resolver o problema habitacional. Ocupem os terrenos baldios que estão lá só para especulação imobiliária. Se o sujeito está desempregado, não espere pelo Ministério do Trabalho, pelo FAT. Se organize e pressione. Faça manifestações na frente da FIESP, na frente das fábricas que estão fechando pela política econômica do governo. E se tiver fome, faça manifestações na frente de supermercados. Está na Bíblia que todo ser humano tem de se alimentar, e vá em busca de comida.

Quando impactantes, as frases dos líderes no telejornal frequentemente são seguidas de colocações de autoridades. Como salienta MacDougall (1998: 43), o lugar que as pessoas ocupam dentro de determinadas estruturas audiovisuais é muito importante para a compreensão que os receptores terão deles. O porta-voz da presidência apareceu dizendo naquela reportagem:

O presidente está preocupado com as declarações feitas pelo coordenador do MST, porque elas ferem frontalmente o estado de direito, que é uma conquista de todos os brasileiros e que todos brasileiros querem defender. Estas declarações são suficientes para que a Procuradoria tome iniciativa para prevenir que estas idéias se transformem em fatos, porque é preciso chamar a responsabilidade, não apenas dos que praticam essas ações, mas também daqueles que são seus autores intelectuais.

Miguel Rossetto, então ministro do Desenvolvimento Agrário, falou em uma reportagem do dia 13 de abril de 2004 que havia apresentado

críticas mútuas entre um representante de grandes fazendeiros e um líder do MST: “As coisas estão sendo realizadas. Este é um momento de muita calma, de muita responsabilidade, de respeito à legalidade e de empenho para que nós possamos responder às expectativas que reconhecemos como urgentes”.

A fala de uma coordenadora, apresentada em uma reportagem de 10 de março de 2009 que relatou a ocupação do prédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por mulheres organizadas pela Via Campesina, também foi seguida de resposta de uma autoridade. A líder disse: “O Ministério da Agricultura tem que estar a serviço da produção de comida, da soberania alimentar, e não pegar recursos públicos para o agronegócio, para financiar as transnacionais”. O ministro Reinhold Stephanes apareceu em seguida dizendo: “É uma reivindicação que está fora de foco. Porque os recursos necessários para a agricultura familiar estão à disposição de acordo com as solicitações do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário”. Inserida após a apresentação de uma porta de vidro quebrada e seguida da avaliação do Ministro da Agricultura - de que a ação seria equivocada -, a contestação apontada pelas palavras da coordenadora perdeu força.

Esta reportagem mostrou trechos da fala de uma autoridade que estavam desconectados do que era então noticiado. A repórter tinha dito, aparecendo em Brasília, que a Via Campesina e o MST não teriam registro formal, não podendo por esta razão ser processados. Segundo ela,

indivíduos responderiam pelas ações, o que dificultaria as punições para crimes. A jornalista informou então que o ouvidor agrário nacional concordaria sobre a existência de impunidade e defenderia a existência de uma Justiça especializada para lidar com as disputas por terra. O ouvidor apareceu falando em entrevista à repórter: “O trabalhador rural que se arma comprando uma arma de fogo... Ele está fazendo isso confiando que não vai ser punido¹⁷ e vai sair ileso sem pagar por essa irresponsabilidade”. Não houve relato de nenhuma manifestante usando arma de fogo.

A inserção das pessoas nas matérias pode ocorrer também de um modo que tende a enfatizar recepções mais emocionais. Em uma matéria apresentada no dia 9 de abril de 2007 - na qual foi noticiada a formação de milícias por ruralistas - a fazendeira entrevistada reclamou de uma ocupação: “Produção parada, empregado para pagar. Então, não sei para quem apelar mais. Eu estou de pés e mãos atados”. Sua apresentação contribui para a identificação de telespectadores com os fazendeiros que estavam se dizendo ameaçados.

A apresentação, pelo *Jornal Nacional*, do lamento da analista do laboratório da Aracruz em função dos danos causados por ação da Via Campesina, em 8 de março de 2006, teve efeito similar. É muito mais provável a solidariedade do telespectador em relação a uma funcionária

¹⁷ Neste ponto ocorreu um corte na edição.

que dedicou décadas a determinadas pesquisas do que aos acionistas da empresa.

Essa forma de construção é tanto mais parcial quanto mais tratar o outro lado – no caso da Aracruz, as mulheres que causaram os danos – de forma distanciada.

1.3 O MST nos documentários

Os documentários sobre o MST foram feitos por realizadores distintos¹⁸ que atuaram em circunstâncias muito diferentes uns em relação aos outros.

Muitos deles foram trabalhos profissionais da área audiovisual. Houve, também, experiências de colaboração entre estes realizadores e acampados e assentados. São exemplos: *Um dia na vida do acampamento* (coordenação de Anselmo Faria, Cila Schulman, Cláudia Caleman, Liliana Lavoratti, Luiz Bargmann, Ricardo de Oliveira, Teresa Urban e Yolanda Costa, 1986), *Uma luta de todos* (coordenação de Berenice Mendes, Fernanda Pompeu, Lu Rufalco, Mauro Zanatta, Peter Lorenzo, Robilan Saiz, 2000) e *IV Congresso* (coordenação de Aline Sasahara, Jovana Cestille e Maria Luisa Mendonça, 2000). A partir de 2000, aproximadamente, o MST passou a participar mais ativamente de

¹⁸ Apenas alguns fizeram mais de um.

algumas realizações. No entanto, os vídeos com a visão política do movimento começaram a ser feitos apenas a partir de 2007, com a criação da Brigada de Audiovisual da Via Campesina.

A palavra é um elemento importante em muitos documentários que tratam do MST. Isto fica evidente no papel dos narradores em muitos deles. Eles frequentemente divulgam informações - várias vezes com enfoque em dados quantitativos - sobre a questão agrária no Brasil¹⁹. O vídeo *O arquiteto da violência*, por exemplo, divulgou um dado da Organização das Nações Unidas (ONU) em relação à concentração fundiária no mundo que apontava o Brasil no segundo lugar.

Os narradores frequentemente apresentam interpretações sobre o processo de mobilização dos pequenos agricultores, como em *Caminhando para o céu*²⁰ (Ayrton Centeno e Carlos Carmo, 2004):

Esta caminhada começou há muito tempo, há mais de vinte anos. Começou quando mais de cem famílias se cansaram de vagar pelas estradas gaúchas e ocuparam as granjas Macali e Brilhante. De pronto, semearam a terra, e semearam também um novo tempo. A cidade de lonas pretas em Encruzilhada Natalino é um aviso: algo está mudando no Brasil. Parceiros, arrendatários, bóias-frias, meeiros, agora todos eles se unem num só nome, um nome que os identifica: sem-terra. E que vai acelerar o andar da história.

¹⁹ Essas informações não costumam aparecer nas matérias do *Jornal Nacional*.

²⁰ Imagens gravadas nos referidos acampamentos foram mostradas simultaneamente.

Essas narrações, frequentemente favoráveis ao MST, em alguns casos apenas contextualizam o necessário para que a história contada possa ser entendida, como no caso de *Zé Pureza*. Outros vídeos, como *Raiz forte*, não utilizam a narração.

Os realizadores procuram dar sinais de sua presença em alguns documentários. Dois exemplos vieram de experiências de colaboração entre documentaristas e pequenos agricultores: em *Um dia na vida do acampamento* e em *Uma luta de todos* acampados trabalharam como repórteres e tiveram muitas de suas perguntas mantidas na edição.

A realizadora de *O Sonho de Rose: 10 anos depois...* (Tetê Moraes, 2000) apareceu como personagem para evidenciar que estaria acontecendo um reencontro depois de muito tempo, pois ela voltara para gravar na região onde havia, na década de 1980, dirigido *Terra para Rose*. Muitos encontros foram refilmados para ser inseridos na narrativa.

A relação entre os realizadores e os acampados apareceu de modo evidente em *Zé Pureza*. Houve mais conversas do que entrevistas, e os sujeitos filmados também fizeram colocações a respeito dos que filmavam. Muitas falas mostradas eram longas, houve pausas, espaço para hesitações.

Uma das principais características de vários destes documentários é a alta presença de falas de pequenos agricultores. Em *Encruzilhada Natalino*, por exemplo, dois homens falaram sobre a questão da terra a

partir da própria experiência. Enquanto um falou da expectativa de ser assentado, o outro deu um conselho:

Eu era aqui de Ronda Alta mesmo, e agora estou acampado em Encruzilhada Natalino. E a nossa missão aí é pra ver se conseguimos um pedaço de terra. Porque se nós não nos unirmos ali - acampados - e nos mobilizarmos em torno de conseguir um pedaço de terra, não conseguimos nunca [...]. Os políticos sempre prometem terra, mas em época de eleições. Depois que passam as eleições, se esquecem do povo sem-terra.

Pra todos os sem-terra do Brasil, acho que o conselho que eu podia dar pra eles, que... acho que de nada adianta eles estarem esperando um dia um pedaço de terra em casa sem se organizar e sem se unir. Porque no momento em que o povo brasileiro sem-terra se une em torno dos direitos que eles têm por lei... Porque nós temos o direito por lei de ter acesso a nosso pedaço de terra. Então, no momento em que eles se unirem e se mobilizarem em torno desse direito que nós temos por lei eu acho que eles vão conseguir um pedaço de terra também.

As vozes de líderes conhecidos nacionalmente estão presentes em poucos vídeos, como em o *IV Congresso* e em *Lutar sempre!* Este último pretendeu divulgar e abordar decisões do V Congresso Nacional do MST e, para tanto, usou, em determinados momentos, uma fala coletiva²¹ para iniciar a apresentação das decisões. Este recurso pretendeu funcionar enquanto a coletividade presente no evento.

As falas de fazendeiros apareceram nos documentários, sendo que em muitos momentos elas foram contestadas pela justaposição. Em

²¹ "Nos comprometemos!"

Caminhando para o céu, por exemplo, após um fazendeiro dizer “Massa de manobra, são vagabundos da cidade [...]”, um homem afirmou:

Na verdade, quem invadiu foram eles, né?! Nunca trabalharam. [...] tiveram condições de estudar para ser mal educados. Tiveram quem os sustentasse através da exploração do nosso trabalho, do trabalhador. E esses vadios que eles estão chamando hoje são aqueles que trabalhavam para eles antes.

A narração também pode funcionar nesse sentido. Antes de aparecer uma fala de um dos fundadores da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, a narradora de *Los sin tierra* salientou que a associação havia sido precursora de grupos armados no país. O deputado federal disse:

O objetivo da UDR foi de mostrar ao Brasil e ao mundo que quando eles quiseram rotular o setor rural como subdesenvolvido e retrógrado, nós nos surpreendemos. Nós começamos a participar do processo político, a disputar e estimular companheiros nossos [...] para que nós pudéssemos estar nas decisões nacionais.

Em outros trechos, as frases de fazendeiros demonstram visões bastante preconceituosas em relação aos pequenos agricultores. A fala de um fazendeiro em *Los sin tierra* é exemplar:

Está se cometendo um crime contra a humanidade. Contra a humanidade brasileira. Nós temos um país abençoado. Quem quer trabalhar e não tem

vergonha de trabalho, vive, sobrevive. Vagabundo, bêbado, esse sim, não tem o que fazer nesse país [...].

Os documentários dão muito menos atenção aos políticos do que o *Jornal Nacional*. Quando eles aparecem ou são mencionados, há uma clara opção pelos que são favoráveis ao MST. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi mostrado no documentário *Ergue a tua voz* (Aline Sasahara, 2005) abraçando um homem e uma mulher do MST que lhe entregavam material do movimento em audiência após a marcha nacional de 2005. O senador Eduardo Suplicy, na oposição em 1997, apareceu abraçando um líder em *A tomada de Brasília*. Em 2003, Miguel Rossetto, na época ministro do Desenvolvimento Agrário, falou em *Los sin tierra*: “O que me parece fundamental é que para o nosso governo o MST e os demais movimentos sociais camponeses não são adversários. [...] são organismos que podem e que estão colaborando muito para a construção da reforma agrária [...]”.

Menções a políticos que são considerados pelo MST como adversários também apareceram, mas com menor incidência. Um exemplo foi a crítica do vídeo *O arquiteto da violência* sobre a forma como o governo de Jaime Lerner estaria lidando com a questão agrária no Paraná.

As narrações se relacionam, muitas vezes, com edições contundentes de imagens. O narrador falou em *Caminhando para o céu*²²:

22 Simultaneamente foram apresentadas imagens intercaladas de fazendeiros muito bem vestidos e de pessoas acampadas, de criança em acampamento e de criança em cima de cavalo, de churrasco e de arroz e feijão.

Mais do que uma caminhada por justiça social, a marcha dos sem-terra coloca dois mundos frente a frente. Um deles, a campanha gaúcha das grandes propriedades e do poder das elites do gado. O outro, o dos filhos do êxodo rural, sem emprego no campo ou na cidade.

1.4 As nomeações

As divergências em torno da questão agrária se tornaram também, de modo muito enfático, disputas pela palavra que nomeia os sujeitos e as ações. Estas diferenças têm aparecido nas reportagens e nos documentários.

“Ocupar” é mais usado pelos narradores dos documentários e por líderes do MST, enquanto “invadir” está mais presente nas falas dos jornalistas do *Jornal Nacional* e dos fazendeiros. Enquanto “invadir” indica haver ilegalidade na ação, enfatizando a ameaça à propriedade privada, “ocupar” comunica legitimidade, chamando atenção para a importância da função social da terra.

A palavra “ocupação” também tem sido usada no *Jornal Nacional*, mas com menor frequência. Ela costuma aparecer como um sinônimo para que “invasão” não seja repetida.

Grandes empresas que atuam no campo têm tido espaço no *Jornal Nacional* para nomear ações do MST e de outros movimentos em suas áreas. Em uma matéria de 8 de março de 2008, por exemplo, a Monsanto

qualificou como “atentado” uma ação organizada pela Via Campesina em área da empresa que teria plantação de milho transgênico. O MST não tem contado com oportunidades equivalentes.

CAPÍTULO II – O MST E SUAS AÇÕES

2.1 O MST e as famílias de pequenos agricultores

A maioria dos documentários costuma enfatizar as famílias que participam em maior grau das atividades realizadas pelo movimento. Segundo eles, as origens dos acampados e assentados são muito diversas. Para o narrador de *Caminhando para o céu*, eles são parceiros, arrendatários, bóias-frias e meeiros. Conforme a narradora de *Los sin tierra*, “El MST esta formado por campesinos, moradores de las favelas y otros grupos marginales que aspiran retomar la tierra brasileña como una esperanza de futuro”.

Em *Raiz forte* foram apresentadas algumas falas a partir da experiência. Uma mulher com cinco filhos, que trabalhara em uma cidade como empregada doméstica, falou que “[...] eu já ouvia falar no movimento, via pela televisão, muito bonito, né, e aí de repente apareceram os companheiros lá [...]”, e ela decidiu que o melhor seria acampar e pressionar o governo para ser assentada; outra mulher acampada disse: “Desde pequena que é meu sonho eu ter meu sítio, minhas terrinhas pra eu trabalhar, né?! Aí quando o rapaz chegou dando essa notícia de terra eu fiquei logo doida [...]”; um homem disse que só teria a rua como alternativa ao acampamento.

Homens que moravam com os pais e teriam necessitado de área extra para plantar estavam entre os assentados que apareceram no vídeo *Cooperunião* (Renato Levi, 2000). Em *Terra para Rose* a protagonista explicou:

A nossa situação era precária, né, onde a gente morava. A gente morava de agregado, tinha que dar a maior parte do que a gente colhia para o patrão, chegava no fim da safra a gente não tinha nada. E depois começaram a comprar trator, ceifa, essas coisas, e disseram para nós arrumarmos outro lugar [...]. Aí a gente, né, como já estava organizado há três anos atrás, resolveu ocupar a fazenda Annoni.

No *Jornal Nacional* é enfatizada a diferença entre quem seria do campo e quem seria da cidade. Quando o líder José Rainha Jr. foi entrevistado ao vivo, em 17 de fevereiro de 1997, o apresentador perguntou²³:

O maior argumento de defesa do MST sempre foi o fato de ter nascido espontaneamente, de ser um movimento legítimo. Quando o MST busca gente da cidade, gente desempregada ou insatisfeita com o emprego, o MST não está traindo suas origens e aumentando artificialmente o problema dos sem-terra?

Não tem, sem dúvida nenhuma. O Movimento dos Sem Terra, quando busca trabalhadores na cidade... Nós temos que entender a história do país. São milhares de trabalhadores que foram expulsos na década de 70 e jogados nas cidades, e que hoje são os desempregados miseráveis. Afinal de contas, são onze milhões de desempregados que buscam na reforma uma fonte de

23Uma rara oportunidade para ouvir a pergunta do entrevistador.

emprego. Qual é a outra forma de gerar emprego barato nesse país, a não ser a reforma agrária? O custo para gerar emprego hoje é muito altíssimo na cidade e nós no campo, na reforma agrária, geramos emprego baratíssimo. Por isso nós buscamos desempregados que querem lutar pela reforma agrária.

Críticas também foram feitas pelo telejornal a pessoas que já tinham emprego na cidade: “O MST cresce com o apoio de gente que não precisa de terra”, leu o apresentador em uma matéria apresentada em 23 de maio de 1997. Segundo o repórter, a chance de ter um pedaço de terra estaria atraindo funcionários públicos da cidade, sem a desaprovação dos líderes do movimento.

Em uma matéria exibida em 3 de julho de 2003, um homem que seria agricultor desde pequeno foi mostrado como exemplo positivo em contraposição a outro que morava na cidade e passava apenas horas no acampamento.

2.2 Apoiadores

São muitos os sujeitos que atuam junto com o MST. Dentre eles, a CPT é o principal. Sua influência está bastante presente nos documentários²⁴. Dentre os bispos, pode ser destacado Dom Tomás Balduino, que apareceu em *Encruzilhada Natalino* apoiando os acampados

²⁴ A CPT produziu, com o movimento, o vídeo de denúncia *O arquiteto da violência*.

e foi mostrado falando para manifestantes sobre a relação da comissão com o MST em *Ergue a tua voz* (2005). Ele teve uma fala apresentada no *Jornal Nacional* em 16 de abril de 2004:

A reforma agrária deve ser feita em qualquer terra. A ocupação de uma terra produtiva acena para uma mudança da legislação. O governo pode desapropriar qualquer terra para passar uma estrada, para criar uma represa, fazer qualquer bem público. Qualquer terra. Tratando-se de reforma agrária, está proibido. Isso é discriminatório.

Religiosos apareceram em *Terra para Rose* e em *Zé Pureza* respectivamente tentando proteger os acampados da polícia e apoiando uma ocupação.

O envolvimento de padres com a questão agrária também foi destacado em uma matéria extensa apresentada pelo *Jornal Nacional* em 1995 (dia e mês não identificados). Nesta reportagem a apresentadora falou que os clérigos estariam apoiando o MST: “Eles ajudam nas invasões, defendem os sem-terra presos e organizam campanhas beneficentes”. Um padre serviu de modelo para a generalização. Ele foi apresentado pelo repórter como “ídolo dos sem-terra” e “uma espécie de conselheiro político dos acampados”. Antes do clérigo aparecer falando, o jornalista salientou que o sermão iria dizer o que as famílias queriam ouvir. O padre:

Todas as comunidades que lutam pela terra têm que escolher a melhor terra desse país para ocupar, a melhor terra nesse país para produzir. Como Deus disse: terra que corre leite e mel. É essa terra que nós queremos.

Um líder falou: "A Igreja é fundamental nesse processo, nessa aliança entre o povo da cidade e o povo da luta no campo". O padre estaria ameaçado de morte e raramente falaria com jornalistas. Entretanto, teria aceitado conversar em uma beira de estrada, disse o repórter. Na entrevista, falou que confiava no que estava fazendo, pois a distribuição de terra seria uma ação fundamental para lidar com a miséria.

As concepções de clérigos envolvidos com a Teologia da Libertação têm sido decisivas para legitimar as atuações das famílias que ocupam terras. No documentário *Encruzilhada Natalino* apareceu o depoimento de um homem que havia acampado na fazenda Sarandi em 1979 e tinha conseguido um pedaço de terra:

Acredito que nós... O direito de lutar pela terra todo mundo tem, porque a terra... Quando Deus fez a terra não fez só pra um, fez pra todo mundo, então todo mundo tem direito de terra. E quando alguma pessoa achar que pode fabricar terra, ele pode ficar só pra ele, não precisa repartir com ninguém, porque essa que Deus fez é pra repartir com todos.

Um senhor que estava acampado no estado de Pernambuco falou em *Raiz forte*:

[...] a reforma agrária está no papel, mas na nossa mão não está ainda. Nós só estaremos satisfeitos quando nós fizermos a reforma agrária com a terra nas nossas mãos. Porque terra de Deus, terra do povo. Eles não compraram terra. Eu pergunto qual foi o documento que Jesus deixou nessa terra para eles serem donos. Donos dessa terra somos... primeiramente Deus, e segundo nós.

O Vaticano teve uma manifestação feita em relação à questão agrária apresentada no telejornal em 13 de janeiro de 1998. A apresentadora leu:

A Igreja Católica pede aos países em desenvolvimento que apressem a reforma agrária. Mas um relatório do Conselho Episcopal de Justiça e Paz do Vaticano diz que a Igreja não apóia as invasões de terra. Quanto ao Brasil, o Vaticano condenou a violência contra os sem-terra.

O documentário *Terra para Rose* (1987) mostrou um discurso do primeiro presidente a tomar posse após a ditadura, José Sarney. O governo afirmava então que iria fazer a reforma agrária: "Quando o presidente Tancredo Neves esteve com o papa João Paulo II, ouviu dele apenas um pedido: a realização da reforma agrária no Brasil". Pouco foi feito durante a sua gestão.

Em muitos acampamentos e assentamentos é comum a presença de apoiadores de setores da classe média. Eles realizam um trabalho importante - e muitas vezes subestimado - com as famílias. São profissionais como dentistas, engenheiros agrônomos, arquitetos,

cientistas das áreas de humanas. Uma advogada voluntária falou em *Los sin tierra* de sua sensibilização ao ver as dificuldades dos acampados:

Há muito tempo, quando fui pela primeira vez a um acampamento, me emocionou tanto o sofrimento daqueles trabalhadores em condições miseráveis. Então eu pensei: eu tenho duas filhas, e eu poderia trilhar um caminho realmente para conseguir dinheiro [...]. A cada vez que eu vou ao acampamento, me emociona tanto a condição de tristeza mesmo dessas pessoas, que eu não posso simplesmente ser mais um, e lavar as mãos, e ir para casa, e garantir o das minhas filhas, sem fazer algo significativo.

2.3 Trabalho de base

Muitas famílias começam a se relacionar com o MST a partir do que é chamado dentro do movimento como “trabalho de base”. Assentados e militantes visitam bairros e comunidades pobres de áreas rurais e urbanas convidando pessoas para um encontro²⁵. Nesta reunião falam sobre o MST e propõem a ocupação de uma fazenda como estratégia de acesso a um pedaço de terra. A fala de uma assentada realizando essa atividade foi apresentada em *Raiz forte*:

A mudança que a gente tem do Movimento Sem Terra pra oferecer pra vocês é fazendo as ocupações de terra, desapropriando as terras e assentando vocês e vocês produzindo. [...]. Vocês vão passar pelo que eu

²⁵ Em outras situações, a rede de contatos sobre uma nova ocupação pode envolver principalmente parentes e vizinhos.

passei, eu fui pra um barraco de lona, mas hoje eu tenho uma boa casa, eu não dependo de ninguém, eu vivo a minha vida, com meus filhos²⁶.

Em *Zé Pureza* apareceram cenas nas quais um assentado e um militante explicavam para um grupo de pessoas as idéias do MST em relação ao acampamento. Quando um homem presente à reunião perguntou se poderia criar gado para além da subsistência após se tornar assentado, a resposta foi negativa, com o argumento de que ele se poderia se tornar um fazendeiro se o fizesse. O homem, discordando desta e de outras proposições, resolveu deixar a reunião.

O *Jornal Nacional* apresentou em 26 de junho de 1998 uma reportagem sobre o trabalho de base. Segundo a apresentadora, pequenos agricultores brasileiros residentes no Paraguai estariam sendo “[...] cadastrados pelo MST para invadir terras no Brasil”. Um homem confirmou: “Nós fizemos a inscrição para ir com os sem-terra”. Um segundo homem explicou: “Ir lá e acampar perto da fazenda, para mais tarde tomar posse”. Segundo o repórter, uma primeira “invasão” já havia sido realizada.

²⁶ Após a fala a câmera acompanhou, em movimento horizontal, pessoas pensativas.

2.4 Ocupação

As primeiras reportagens em série sobre o MST a aparecerem no *Jornal Nacional* foram em torno das ocupações de fazendas no Pontal do Paranapanema, principalmente entre o final de 1994 e o mesmo período de 1995. O apresentador anunciou em uma extensa reportagem deste último ano (dia e mês não identificados):

Duas mil famílias participaram de uma das maiores invasões de terra do Brasil. Três fazendas foram ocupadas hoje cedo no Pontal do Paranapanema. A invasão estava sendo preparada há quase uma semana. Nossos repórteres documentaram passo a passo toda a estratégia de ocupação.

Segundo o repórter, uma novidade estaria sendo apresentada: “[...] pela primeira vez um dos mais bem guardados segredos do movimento vai ser revelado: o planejamento de uma ocupação. Uma corneta convoca os sem-terra para a primeira assembléia”. O repórter então mencionou o processo de identificação das terras pelos líderes: “Um documento da Justiça é mostrado. As terras pertenceriam ao estado de São Paulo e teriam sido cercadas indevidamente pelos fazendeiros”. Mais adiante o jornalista narrou a ocupação:

Os invasores chegam a uma fazenda. Arrancam as estacas. Colocam fogo no pasto. A boiada estoura assustada. Um boi acaba morto. Nova

assembléia. A invasão continua. Agora, divididos em grupos, eles partem para ocupar as outras duas fazendas. Em pouco mais de uma hora tudo é dominado. Os sem-terra começam a montar uma nova cidade de madeira e saco preto.

Nesta reportagem a hierarquia foi destacada para o telespectador: “Os líderes impõem disciplina”, salientou o repórter. Em outra edição de 1995 (dia e mês não identificados), na qual foram apresentadas estratégias do MST para eleger candidatos a cargos públicos no Pontal do Paranapanema, a verticalização nas relações internas foi evidenciada quando um homem, questionado pelo repórter sobre seu voto, disse que votaria em quem o movimento indicasse.

Opiniões dos jornalistas sobre as ocupações ficaram evidentes em algumas reportagens, como em uma edição de 5 de setembro de 1997 na qual o repórter disse: “A pastagem da fazenda é queimada pelos sem-terra e os tratores do MST dominam a área. Na hora de tomar o pedaço de terra, os invasores ignoram cercas e limites”.

As justificativas do MST para as ocupações são explicitadas apenas em alguns casos. Em uma ocasião em que isto ocorreu, no dia 7 de março de 2003, foi dito que uma ocupação do prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Pernambuco tinha sido feita com o intuito de cobrar “(...) melhores condições de trabalho no campo”.

Uma reportagem sobre ocupações exibida em 16 de abril de 2007 também procurou explicitar motivos. Nela o apresentador falou que a

ocupação de fazendas e de prédios públicos estaria sendo feita como “[...] forma de pressão pela reforma agrária”. Também estariam na ação, segundo o repórter, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR). Os manifestantes queriam o assentamento de famílias e punição aos responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás. Um coordenador argumentou: “Nossa intenção é que o governo se sensibilize com a ação e venha para que a gente possa fazer a negociação, e depois desocupe o prédio”. O repórter apareceu em Brasília dizendo que embora o Incra houvesse conseguido na Justiça uma liminar para a reintegração de posse, o presidente do instituto, Rolf Hachbart, teria ido ao local da ocupação para negociar. Ele apareceu no telejornal falando em tom conciliatório:

Vamos ouvir as reivindicações, acho que elas não são difíceis de atender: é terra, crédito, assistência técnica, educação, infra-estrutura. É o nosso dia-a-dia, do nosso trabalho. O que precisamos é desobstruir o prédio para que nossos servidores trabalhem para fazer a reforma agrária.

Reações de grandes fazendeiros às ocupações têm tido espaço no *Jornal Nacional*. Em uma reportagem de 1995 (dia e mês não identificados) eles apareceram fazendo propostas a Francisco Graziano, na época presidente do Incra. Nesta reportagem foi comunicado que mais de uma dezena de líderes estaria com a prisão preventiva decretada por

formação de quadrilha²⁷. Uma líder, Diolinda Alves de Souza, foi mostrada sendo algemada. Em outra matéria (dia e mês não identificados), ela deu uma entrevista dizendo: “A orientação é continuar os trabalhos, continuar as ocupações, os plantios que tenham sido feitos no Pontal”. Nesta reportagem manifestantes apareceram exigindo liberdade para as pessoas que haviam sido presas.

Uma matéria exibida em 3 de março de 2009 apresentou a denúncia de fazendeiros contra o governo estadual paraense, pois este não estaria cumprindo decisões da Justiça para desocupar fazendas. O presidente da Federação da Agricultura do estado falou que a lei não estaria sendo cumprida. O secretário de Segurança Pública alegou que o governo iria cumprir as determinações de acordo com suas possibilidades de ação.

Tratava-se de uma disputa política. O presidente da associação dos magistrados do estado apareceu encerrando a reportagem e reforçando o ponto de vista do presidente da associação dos fazendeiros: criticou a lentidão do governo dizendo que o estado poderia virar uma bagunça, pois cada um poderia fazer o que bem entendesse²⁸.

As reações dos grandes proprietários de terras às ocupações são apresentadas frequentemente no *Jornal Nacional* como ato de defesa. Um fazendeiro falou em reportagem apresentada em 16 de agosto de 1997:

²⁷ O *Jornal Nacional* não procurou apresentar falas que questionassem se as famílias acampadas integrariam uma quadrilha. Eram prisões políticas, como muitas prisões de líderes que agem em relação à questão agrária no Brasil.

²⁸ As críticas estariam se referindo também à posição do estado como foco de trabalho escravo no país, conforme apontou o Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo?

“Eu, que moro na minha fazenda, que vivo daquilo, que pago a escola das minhas crianças com aquilo lá, eu defendo de unhas e dentes e da maneira que eu achar necessário e da maneira que eu for agredido”.

Algumas frases e ações²⁹ mostradas no *Jornal Nacional* contribuíram para comunicar a noção de que o MST é aguerrido: “Porque é o seguinte: a reforma agrária vai sair. Na lei ou na marra ela sai”, disse um homem não identificado em matéria de 20 de agosto de 1997 que apresentava uma ocupação. Uma fala de João Pedro Stedile foi apresentada em uma reportagem do telejornal do dia 27 de março de 2004:

A nossa meta, então, é nos três anos botar 400 mil famílias acampadas. E o governo é que decida. Todo mundo vai se mexer em abril. Abril vai ser um mês vermelho. Servidor público, estudantes, a turma da moradia, nós, os sem-terra, os rurais, nós vamos infernizar. Abril vai pegar fogo.

Segundo o apresentador de uma matéria exibida em 20 de abril do mesmo ano, “produtores rurais” do Rio Grande do Sul haviam criado o “maio verde” em resposta ao “abril vermelho” do MST. Os fazendeiros estariam formando grupos para vigiar suas áreas.

Alguém que, hipoteticamente, não tivesse outra mediação além dessas reportagens poderia ingenuamente pensar que existiria um clima

²⁹ O *Jornal Nacional* apresentou em 1998 uma série de matérias sobre saques que estariam sendo estimulados pelo MST na região Nordeste. Em uma das reportagens (26/05), foi apresentado que cestas básicas estariam sendo exigidas em troca por cargas saqueadas, o que indicava que a razão principal seria a fome dos manifestantes. Em outras duas, contudo, foram apresentadas informações distintas: alimentos saqueados estariam sendo trocados por cachaça, em uma (27/05), e vendidos, em outra (15/06).

de paz no campo anterior às ações do movimento. Ou seja, de que a violência nas áreas rurais teria como principal fator o MST, e não as dificuldades dos governos em lidar com a questão agrária, diminuindo de fato a concentração fundiária e as possibilidades de grilagem, por exemplo, ou a própria violência de pistoleiros contratados por fazendeiros. Quantos posseiros já foram expulsos de terras no Brasil por pistoleiros contratados por grileiros? Quantas vezes o *Jornal Nacional* cobriu isto?

2.5 Violência

A violência relacionada à questão agrária tem sido apresentada com frequência pelo *Jornal Nacional*. Em 26 de fevereiro de 2007 o apresentador anunciou em uma nota:

Dois sem-terra foram baleados quando um grupo de cem famílias ligadas ao MST tentava invadir uma fazenda. Empregados da fazenda teriam atirado contra o grupo. Dois suspeitos foram presos pela PM. Outra área foi invadida no mesmo dia. O Incra informou que não tem parecer sobre a produtividade das duas fazendas.

Em uma edição do *Jornal Nacional* de 29 de dezembro de 1997 foi noticiado que reféns haviam sido feitos durante ação em fazenda produtiva. No dia 9 de maio do mesmo ano, o apresentador havia afirmado que um segurança de uma fazenda teria dito à Justiça que seu

colega havia sido executado durante uma ocupação organizada pelo MST. Em 1999 (dia e mês não identificados), uma reportagem divulgou a denúncia de uma viúva contra um líder. Ela o acusava de ter assassinado seu marido, pois este ameaçara denunciar quem teria matado o segurança de uma fazenda. Desentendimentos entre acampados e o MST foram tema de uma matéria de 17 de abril de 2006. Nesta ocasião, um ex-membro do MST falou que teria sido ameaçado para participar de uma ação violenta planejada pelo movimento.

O *Jornal Nacional* levou ao ar em 2009 uma série de reportagens abordando a violência entre acampados e seguranças de uma fazenda em Xinguara, no estado do Pará. As matérias apresentaram e reapresentaram imagens gravadas pelo cinegrafista de emissora afiliada da Rede Globo. As cenas eram fortes. Segundo a apresentadora, em 20 de abril, sete “sem-terra” e um “vigilante” haviam sido feridos. O repórter falou que os jornalistas haviam dito que teriam sido usados como escudo humano, o que teria sido negado pelo MST. A advogada da empresa e um representante dos fazendeiros do estado apareceram criticando o que seria, segundo eles, morosidade do governo estadual, enquanto um secretário do governo apareceu se explicando.

Em uma segunda matéria, na mesma edição, a acusação de utilização de jornalistas como escudo humano foi apresentada como fato pelo repórter. Já o MST teria declarado, em nota, ter sido vítima de violência dos seguranças da fazenda. Diante da repercussão,

representantes do Judiciário, do Executivo e de entidades ligadas ao assunto iriam debater a violência no campo.

No dia seguinte, a apresentadora comunicou a reação do governo do Pará: promover o desarmamento na região. Reportagens anteriores foram lembradas para demonstrar que tanto acampados quanto seguranças de fazendas estariam fortemente armados. Ao final foi tornada pública a disputa pela área entre o governo estadual e a empresa.

Segundo uma matéria exibida em 7 de julho de 2008, policiais haviam sido chamados para dispersar manifestantes que protestavam na frente de uma delegacia. Os manifestantes estariam alegando que um líder detido teria sido agredido e exigiriam vê-lo. Depois de aparecerem imagens das pessoas sendo expulsas do lugar, o repórter informou que, segundo a polícia, a acusação dos manifestantes seria falsa; eles estariam planejando libertar homens presos por “formação de quadrilha” e “incitação ao crime”. O repórter, que apareceu falando para a câmera a centenas de quilômetros do local, não procurou apurar as críticas dos manifestantes. Esta postura tem paralelo visual nas imagens feitas a partir das costas de policiais enquanto estes se dirigiam para um assentamento em uma reportagem mostrada em 2008 (dia e mês não identificados).

As reportagens do *Jornal Nacional* podem contribuir para que providências sejam tomadas em relação a crimes cometidos, como

ocorreu em 1998. Dois líderes haviam sido mortos quando desocupavam uma fazenda, expôs o apresentador na primeira matéria (27/03).

No dia seguinte, uma repórter informou que a Justiça havia decretado a prisão preventiva de dez fazendeiros. Dez policiais militares que, embora de folga, teriam estado presentes no local no momento do crime, estavam detidos pela própria PM.

Em uma terceira menção, no dia 30 de março, a apresentadora afirmou, em nota, que manifestantes haviam voltado a ocupar a fazenda exigindo o esclarecimento da autoria do crime.

Na quarta matéria (2/04), o apresentador informou que o Exército estaria garantindo a paz naquela região. Nesta mesma reportagem a apresentadora falou que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores havia pedido proteção da Polícia Federal para duas testemunhas do crime. Segundo a jornalista, dentre os presos até aquele momento estariam seguranças da fazenda e policiais, sendo que maioria destes teria participado do massacre de Eldorado do Carajás.

Uma quinta matéria (3/04) mostrou o empenho da Polícia Federal para encontrar os fazendeiros foragidos. O repórter falou que havia a suspeita de que os policiais envolvidos teriam recebido dinheiro dos fazendeiros para vestirem os uniformes e irem à desocupação.

Na última menção ao assunto presente neste trabalho (13/03), foi anunciado pelo apresentador que um fazendeiro teria sido preso.

2.6 Acampamento

O *Jornal Nacional* não costuma mostrar a vida das famílias nos acampamentos. No entanto, a Rede Globo a representou na ficção com a novela *O rei do gado* (Benedito Ruy Barbosa), exibida entre 1996 e 1997 em horário nobre e com público mais amplo do que o do telejornal³⁰. Dimensões da vida dos acampados apresentadas na novela, como a importância atribuída à educação, por exemplo, proporcionaram uma oportunidade ímpar para a imagem do MST perante a população. (HAMBURGUER, 2005: 142).

É importante, contudo, perceber uma ambiguidade em *O rei do gado* (ALMEIDA, 2003: 262, 372): mesmo tendo havido representação favorável ao movimento inspirado pelo MST, o protagonista era um fazendeiro bem sucedido, de boa índole, preocupado com os pequenos agricultores, e que, no final, se casou com uma mulher que havia sido bóia-fria e tinha morado em acampamento.

A classe roceira, Um dia na vida do acampamento, Terra para Rose e Zé Pureza mostraram de maneira aprofundada a vida precária nos acampamentos. Há fome, frio, doenças. Não se sabe ao certo se a área ocupada será desapropriada e destinada aos acampados. Muitas vezes a polícia chega e age com brutalidade.

30 A novela foi repetida em 1999 - com menos capítulos - no período da tarde.

É possível perceber, a partir de alguns desses documentários, que as dificuldades vividas no acampamento fomentam a união³¹. Em *Terra para Rose* algumas mulheres entrevistadas falaram sobre o quanto a vida como acampadas estava contribuindo para modificar hábitos. Elas disseram que estavam apreendendo a viver de um modo diferente.

Zé Pureza mostrou a hierarquia existente entre as famílias acampadas e os líderes: uma mulher reclamou para o realizador que informações acerca das negociações sobre o acampamento não estariam sendo comunicadas. Tendo acompanhado um pouco das dificuldades e incertezas da vida no acampamento através do documentário, é provável a sensibilização do espectador com ela.

2.7 Assentamento

Dentre as cem reportagens analisadas, somente uma (dia, mês e ano não identificados) divulgou um assentamento bem sucedido. Ela foi reapresentada no documentário *O sonho de Rose* (2000). Segundo a matéria, os assentados estariam produzindo muito bem.

Quando fala dos assentamentos, o *Jornal Nacional* frequentemente mostra exemplos negativos. Foi apresentada em uma edição do telejornal de 13 de janeiro de 1997 o que seria uma discórdia entre assentados e o

³¹ No entanto, na fase pós-assentamento as uniões são testadas, como mostrou *O sonho de Rose*.

MST. Um projeto de coletivização havia falido e estariam acontecendo desentendimentos quanto ao uso do dinheiro para o empreendimento.

Uma reportagem que foi ao ar em 20 de setembro de 2001 noticiou que a venda de lotes seria prática comum no estado do Rio Grande do Sul. A Polícia Federal estaria investigando a acusação de que grupos formados pelo MST estariam atuando para impedir as vendas.

Em uma edição de 14 de fevereiro de 2005 foi anunciado que o Ministério Público de Pernambuco estaria “[...] investigando denúncias de desvio de dinheiro em assentamentos ligados ao MST”.

O desenho de apresentação de uma reportagem do *Jornal Nacional* de 28 de setembro de 2007 foi inusitado. O repórter afirmou - com imagem de drogas atrás de si - que a Polícia Federal estaria suspeitando que uma grande quantidade de maconha houvesse sido carregada em um assentamento.

No dia 17 de janeiro de 2008 uma matéria mostrou policiais cercando um assentamento em busca de objetos roubados em uma fazenda. Os assentados resistiram por horas, protagonizando imagens de força, mas a polícia acabou entrando, procurando e não encontrando nada.

Outra matéria, bastante extensa, exibida em 28 de agosto de 1997, mostrou um assentamento pouco produtivo. A apresentadora abriu a reportagem falando: “Plantação que virou campo de futebol. Áreas entregues aos sem-terra tomadas pelo mato. Muitos militantes do MST

aproveitam bem a terra que recebem; outros, nem tanto". O repórter falou de um helicóptero: "Aqui de cima se vê melhor esse contraste entre as grandes fazendas e os assentamentos do Incra na região"³². Mais adiante o jornalista continuou: "O mato toma conta do assentamento. Em vez de cuidar da terra que receberam de graça, muitos assentados passam o tempo bebendo e jogando. Quem não trabalha na terra que tanto queria tenta se justificar como pode". Falas de assentados reclamando da falta de apoio do governo foram justapostas a frases de acampados: "Diz que o dinheiro veio, pra turma trabalhar, mas tem uns caras que não têm aquela esperteza de querer vencer, né, quer é ficar naquela ali". O outro: "Aqueles que não têm, passa para outro que tem vontade de trabalhar, né?!" No final apareceu um assentado que tinha uma casa de alvenaria e um carro. O homem, que tinha gado e produziria aveia e mandioca com sua família, disse: "Ah, tendo a terra, e vontade, só se vai pra frente".

O desmatamento de mata nativa em um assentamento foi mostrado em 6 de outubro de 1997 no *Jornal Nacional*, com o anúncio de que multas já haviam sido aplicadas ao Incra.

Os documentários têm uma postura muito distinta em relação aos assentamentos. Se planos gravados a partir de helicóptero mostraram no *Jornal Nacional* assentamentos pouco produtivos, *O sonho de Rose* e *Los*

32 Imagens aéreas foram apresentadas como evidência da diferença.

sin tierra apresentaram imagens aéreas que chamavam atenção para a produtividade em áreas da reforma agrária.

Enquanto em uma reportagem de 25 de setembro de 2003 foi dito que, apesar de contrariar a visão do MST, sementes transgênicas estariam sendo plantadas em assentamento ligado ao movimento, no documentário *Terra é mais que terra* (2002) o respeito à natureza e à saúde das pessoas foi o mote. Este vídeo apresentou a seguinte fala de um assentado sobre a agroecologia:

Eu acho que a tarefa nossa é de conquistar a terra e produzir produto dessa natureza onde você respeite o meio ambiente. Eu acho que não tem sentido... Até porque a terra, a gente tem que preservar ela para as futuras gerações. Não é pra mim a terra. Tanto que eu acho que esse é o compromisso fundamental - eu acho que o MST tem isso como princípio -, mas [...] é um processo lento de se implementar. Mas a gente sonha de chegar nesse estágio onde todos assentados produzam dessa forma [...].

A produção agroecológica, segundo falas de assentados presentes nesse vídeo, estaria ganhando força diante das constatações de que a monocultura geraria maior dependência econômica para os pequenos agricultores e prejuízos ao meio ambiente³³.

Alguns documentários, como *O sonho de Rose* e *Cooperunião*, procuraram demonstrar a melhoria da situação de vida dos assentados em comparação com as condições anteriores. *Brava gente* (Governo do

³³ Uma série de cultivos agroecológicos em assentamentos foram mostrados em *Terra é mais que terra*.

Paraná, 2004), no entanto, mostrou um assentamento bem sucedido de modo institucional e pouco convincente.

Experiências de coletivização da produção foram tratadas em alguns dos documentários. Um assentado disse, em *Cooperunião*, que a forma de produzir das sessenta famílias era totalmente coletiva. Uma senhora explicou que havia trocado de assentamento porque queria a coletivização. Para ela, o companheirismo que existiria entre as famílias seria muito bom.

O Sonho de Rose mostrou homens e mulheres de diversos assentamentos comentando uma série de experiências de coletivização da produção - umas exitosas e outras que não haviam funcionado.

O assentamento com produção familiar realizado a partir de iniciativa do Estado foi apontado no *Jornal Nacional* como um exemplo do que seria apropriado para a reforma agrária em duas reportagens justapostas em uma mesma edição do dia 5 de agosto de 1997 (ALDÉ; LATTMAN-WELTMAN, 2000: 15-16). Segundo a primeira matéria, acampados estariam matando vacas³⁴ em uma fazenda ocupada enquanto o governo não mandasse cestas básicas. A fazenda teria sido considerada produtiva pelo Incra e os acampados estariam se recusando a sair mesmo diante da determinação judicial de reintegração de posse.

Outro apresentador leu na continuação: "De um lado, a violência; do outro, uma solução. Uma prefeitura do Paraná combate o crescimento das

³⁴ Um homem foi mostrado com um rabo de vaca em uma mão e uma espingarda na outra.

favelas promovendo a volta do agricultor ao campo. Eles recebem semente, adubo e até um porquinho para voltar a cultivar a terra”. Um homem, sua casa, seu carro e alguns animais criados foram mostrados como exemplo do sucesso da ação.

A importância atribuída por assentados à educação foi mostrada em vários documentários. Em *Uma luta de todos*, um homem que estava se alfabetizando falou:

A gente nunca tinha a oportunidade de estudar, e agora, graças ao Movimento Sem Terra, o MST, a gente tem essa oportunidade de estudar. Porque sem estudo, hoje em dia, está difícil... Você [...] num banco, em qualquer lugar, você está perdido se não tem estudo.

“Nós do Movimento Sem Terra temos um princípio que todos devem estar estudando porque buscar o conhecimento é uma maneira de buscar uma libertação mais concreta”, disse Marcos Tiarajú no documentário *O fruto da terra* (Tetê Moraes, 2008). Marcos, estudante de medicina em Cuba, é um dos filhos da protagonista de *Terra para Rose*.

2.8 O MST e as autoridades dos três poderes

O *Jornal Nacional* é um excelente espaço para os presidentes divulgarem ações em relação à questão agrária. Luiz Inácio Lula da Silva teve fala apresentada em uma edição do telejornal de 28 de junho de

2004 que noticiou a destinação de verbas para as plantações dos pequenos agricultores.

O então presidente Fernando Henrique Cardoso apareceu no *Jornal Nacional* no dia 22 de dezembro de 1997 comentando as ações de seu governo em relação à reforma agrária. A notícia apontava que a meta inicial de assentamentos proposta pelo governo federal havia sido superada:

[...]. Isso se dá porque a sociedade deseja, porque os movimentos sociais existem e são muito importantes, e é paradoxal: os que mais gritam a favor da reforma agrária são os que fazem mais obstáculos aqui para que o Estado se reforme. Dificultam a ação [...].

Raul Jungmann, então ministro de Política Fundiária, apareceu em reportagem exibida em primeiro de agosto de 1997 sugerindo que o governo federal não aprovaria as ocupações:

O MST organiza parcela da população, e isso representa avanços, e se isso vai dentro da lei, nenhum problema, tem o governo ao lado. Quando existe desrespeito à lei, aí efetivamente o governo reage em nome da autoridade democrática.

Em outra matéria do mesmo ano (18/03) o apresentador disse que o governo federal teria endurecido com o MST, anunciando medidas contra as “invasões”. Depois da repórter mencionar ações do MST em áreas

urbanas, houve amplo espaço na matéria para autoridades do Poder Executivo. O presidente Fernando Henrique Cardoso falou:

Se hoje há quem ocupe prédios do Ministério da Fazenda e da reforma agrária, é porque são demagogos e que gastam dinheiro em ônibus e caminhões, trazem militantes para fazer de conta que estão agindo em favor da reforma agrária.

A repórter informou que o MST - havia um acampamento em frente ao Ministério da Fazenda - queria reunião com o então ministro Pedro Malan. Um líder, Gilmar Mauro, teve frase apresentada: "A melhor coisa para nós resolvermos o problema hoje é sentar na mesa e negociar"; o ministro da Fazenda também: "Não haverá diálogo com o MST ou intermediários do MST enquanto houver ocupação de prédios públicos". A repórter anunciou decisões do governo e disse: "As medidas anunciadas hoje fazem parte de um pacote contra um movimento, que segundo o governo, não é pela reforma agrária". Raul Jungmann falou por último, dizendo que as ações do MST aconteceriam por razões partidárias.

Miguel Rossetto, então ministro do Desenvolvimento Agrário, disse no telejornal no dia 8 de abril de 2004:

O governo entende que é um erro ações que envolvam áreas produtivas. Áreas produtivas não fazem parte do programa de reforma agrária. A Constituição é clara no sentido de evitar desapropriação em terras produtivas.

Manifestantes organizados pelo MST haviam desocupado uma área da empresa Veracel. Na ação, tinham cortado eucaliptos e plantado milho e feijão, ou seja, pretendiam antagonizar, ainda que simbolicamente, a monocultura para produção de celulose com os alimentos básicos dos brasileiros.

O governo que o ministro compunha era mais aberto às ações do movimento. Enquanto o anterior havia criticado as ocupações abertamente, este procurou afirmar que terras produtivas não deveriam ser objetivo do movimento. Ao mesmo tempo, houve legitimação da “combinação” do agronegócio de grande escala com a pequena agricultura. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou em uma matéria exibida no dia 2 de fevereiro de 2004:

A reforma agrária vai ser feita por uma questão de justiça social. E não vai ser feita no grito, vai ser feita respeitando a legislação vigente. Nenhuma terra produtiva será mexida porque nós queremos provar que é plenamente possível uma boa combinação entre agricultura empresarial e agricultura familiar.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa 24,3% da área total destinada à agricultura e é responsável por 38% do valor bruto da produção. Ela é responsável por 74,4% dos empregos no campo e por 46% da produção de milho, 58% da produção de leite, 70% da produção de feijão e 87% da produção de mandioca.

A apresentação, no *Jornal Nacional*, da reação de uma autoridade do Poder Judiciário ao assassinato - por acampados - de quatro homens contratados por um fazendeiro deu origem a uma série de reportagens em 2009.

A apresentadora apareceu na primeira dessas matérias (25/02) comunicando que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, havia dito que o MST, por praticar ações ilegais, não deveria receber dinheiro público. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, teria, segundo o repórter, criticado a violência no campo e afirmado que ocorreriam investigações. Enquanto aquele criticara o MST, esse teria se referido à violência de modo mais abrangente.

No dia seguinte, a apresentadora disse que a crítica do presidente do STF teria encontrado apoio no Congresso. O repórter falou sobre suspeitos que estariam envolvidos nos assassinatos: uns estavam presos e outros foragidos. Foi apresentada uma nota do MST na qual o movimento afirmava repudiar a violência e alegava que os acampados teriam agido em legítima defesa. Segundo o repórter, entidades ligadas ao MST que recebiam dinheiro público estariam sendo investigadas. Michel Temer e José Sarney, respectivamente presidentes da Câmara e do Senado, criticaram o repasse de verbas públicas e as "invasões". José Sarney comentou: "O direito de cada um começa onde termina o direito dos outros. Nós não podemos invadir os direitos dos outros". O repórter falou - enquanto apareciam imagens do presidente da República, Luiz

Inácio Lula da Silva, em encontros públicos com representantes do MST - que as "relações amistosas" entre ambos já teriam provocado constrangimentos. Diante desse cenário, o governo estaria mantendo silêncio, afirmou o jornalista. Ou seja, o governo estaria comprometido com o MST.

Houve reação. No dia 27 de fevereiro o apresentador falou que o governo federal havia negado irregularidades em repasse de verbas a entidades ligadas ao MST. O jornalista disse ainda: "As críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal à destinação de dinheiro público para quem desrespeita a lei receberam hoje o apoio da entidade que representa os agricultores brasileiros³⁵". Segundo um trecho de nota da CNA, o MST seria uma entidade ilegal que praticaria crimes em série - contando com a complacência do governo. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, apareceu dizendo que havia respeito pelo presidente do STF, mas que o governo cumpriria a lei. O que fosse legal, seria feito; caso contrário, não seria.

Uma reportagem do dia 2 de março apresentou uma fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre os assassinatos: "É inaceitável a desculpa de legítima defesa para matarem quatro pessoas. E, portanto, sabem que a justiça terá que ser feita para apurar as verdadeiras responsabilidades".

³⁵ A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apareceu como a entidade que representaria todos os agricultores do país, mas ela representa, sobretudo, os grandes proprietários de terra.

O apresentador anunciou no dia 11 de março que mais um suspeito havia sido preso.

Poucos meses depois, quando cinco homens foram mortos em um assentamento no estado de Pernambuco, o telejornal não apresentou nada. As cobranças do senador Eduardo Suplicy para que o crime fosse esclarecido também não motivaram a realização de uma reportagem.

2.9 Ações conjuntas

O MST vem, principalmente a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, intensificando ações com outros movimentos em relação a grandes empresas e empreendimentos no campo. Estas ações são as que têm tido mais destaque nos últimos anos no *Jornal Nacional*.

Há, no conjunto das reportagens analisadas em 2007, três sobre uma ação do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Na primeira matéria (23/05) o apresentador relatou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia enviado o Exército e a Polícia Federal para desocupar a usina - que teria tido a sala de controle tomada³⁶. Juntamente com a descrição de reivindicações por saúde, educação e programas de geração de renda para famílias que haviam morado na área que foi afetada pela construção da

³⁶ Foi mostrada uma cena na qual um homem ameaçou apertar um botão na sala de controle.

usina foi possível ouvir uma frase dos manifestantes: “MST: a luta é pra valer”. O repórter apareceu no local falando que, segundo a companhia responsável, não existiria risco de falta de energia. Ele destacou que embora tivesse enviado o Exército pelo fato da atividade da hidrelétrica ser estratégica, o governo estaria disposto a negociar. A Justiça já teria ordenado a reintegração de posse.

No dia seguinte, a apresentadora falou que o Exército estaria cercando a área. Segundo o repórter: “Numa tentativa de forçar o governo a negociar, eles ameaçam atear fogo em dois carros [...] e prometem resistir à desocupação”. Um homem do MAB apareceu dizendo que haveria reação em caso de uma ação do Exército. O impasse permaneceria porque os manifestantes queriam a reunião marcada antes de deixarem o prédio, enquanto o governo estaria demandando que eles deveriam sair primeiro. O repórter narrou sobre imagens ilustrativas: “Ontem [...] invadiram a usina, arrebentaram o portão, quebraram vidros e jogaram uma bomba caseira no prédio”. Seriam do MST, da Via Campesina e do MAB. A apresentadora encerrou a reportagem com a informação do governo de que os manifestantes haviam aceitado deixar a hidrelétrica.

No terceiro dia (25/05) a apresentadora noticiou que a usina havia sido desocupada. De acordo com o repórter, a saída dos manifestantes teria ocorrido depois de uma reunião ter sido marcada com o governo federal. Um líder do MAB, indicado pelo repórter como o mesmo homem

que havia ameaçado apertar um botão na sala de controle, apareceu dizendo que derrubaria uma das torres de transmissão da usina se as reivindicações não fossem atendidas. Havia acontecido a reunião com o governo neste dia. A apresentadora disse - demonstrando irritação - que a Polícia Federal havia aberto inquérito para investigar possíveis crimes, como cárcere privado e danos ao patrimônio público.

Uma série de reportagens foi ao ar no *Jornal Nacional* entre 2007 e 2008 tratando de ações de movimentos em relação à Companhia Vale. A primeira (7/11/2007) que consta entre as matérias analisadas neste trabalho foi iniciada por um apresentador lendo: "Pela terceira vez em um mês militantes do MST ocuparam a ferrovia [...]". O jornalista falou que o MST queria participar das decisões da companhia, proprietária da estrada de ferro. Em seguida, foram apresentadas falas que seriam do maquinista do trem parado pelos manifestantes. Na gravação ele pedia ajuda dizendo que o trem estaria sendo quebrado e que pessoas estariam sendo ameaçadas de morte.

Na segunda matéria (9/03), já em 2008, o apresentador disse: "Integrantes do MST invadiram as instalações da fazenda [...]. Provocaram um quebra-quebra usando foices, pedras e pedaços de pau". As descrições do jornalista foram editadas sobre imagens de uma cobertura de depósito sendo rasgada e som de gritos durante a ação. Enquanto ele leu "Depois destruíram a sede da unidade e outras

construções” foram mostradas pessoas - uma delas com camiseta e boné do MST - quebrando janelas.

Em seguida o grupo queimou pneus e bloqueou a BR [...]. O tráfego ficou interrompido por duas horas. Os sem-terra querem a paralisação de setenta e um fornos que funcionam na carvoaria, que fica ao lado de um assentamento.

Outro apresentador comunicou a interpretação da companhia para o episódio: “[...] ação criminosa de extrema violência”. Ele afirmou que a empresa, que vinha fazendo pesquisas com “reflorestamento e revegetação” há vinte anos, estaria pedindo maior proteção policial para suas outras áreas na região.

Depois de alguns dias (19/03) foi anunciada uma decisão da Justiça do Rio de Janeiro que

[...] proibiu o MST e o líder do movimento, João Pedro Stedile, de promoverem atos violentos contra as instalações da empresa de mineração Vale. A decisão também impede que manifestações interrompam as atividades da companhia. A multa pode chegar a R\$ 5 mil para cada item da liminar não cumprido.

Segundo a matéria, o MST teria informado que as manifestações fariam parte da democracia.

Uma reportagem foi iniciada algumas semanas depois (9/04) com a informação de que reforço policial tinha sido enviado para resguardar a

estrada de ferro da companhia, pois garimpeiros e “manifestantes do MST” estariam ameaçando invadi-la. O apresentador ressaltou que a situação estaria amedrontando a população. Os objetivos da pressão seriam a criação de um estatuto para mineradores e a desapropriação de fazendas. Um empresário falou de sua preocupação com a insegurança que teria sido trazida para a região com as ameaças dos manifestantes. O repórter narrou uma série de ações do MST envolvendo a Vale e lembrou da proibição da Justiça do Rio. O gerente de representação institucional da empresa fechou a matéria:

Nós queremos é trabalhar. Nós estamos sendo importunados nesse momento por movimentos que não querem deixar trabalharmos e em função disso nós estamos preocupados. [...] está criando uma tensão no município, com os nossos empregados e com a própria sociedade ao redor desses projetos.

No dia seguinte, o presidente da companhia teve uma fala apresentada:

Estão batendo na porta errada. Eles deviam bater na porta da Caixa Econômica Federal, ou eles deveriam bater na porta do governo estadual ou federal, e não na porta da Vale. A Vale não tem nada com isso. Nós temos alguma coisa a ver com reforma agrária? Não. Um ato totalmente criminoso feito por bandidos, que não respeitam a lei e não respeitam a democracia. Fazem um discurso dizendo que querem a democracia, mas não a respeitam.

O apresentador disse em uma matéria apresentada no dia 17 de abril: “[...] garimpeiros - com o apoio do MST - cumpriram as ameaças e invadiram a estrada de ferro [...]”. Segundo o repórter, embora não houvesse nada que identificasse o movimento na ferrovia, os garimpeiros teriam afirmado nos últimos dias que não estariam agindo independentemente. Um homem não identificado deu entrevista em data e local não detalhados: “Aqui tem garimpeiros, tem... pessoal do MST e índios”. Segundo o repórter, o protesto teria prejudicado muitos passageiros que utilizavam os trens. Quando a polícia chegou, os manifestantes já haviam saído da área. Eles teriam falado que poderiam repetir a ação, e um policial apareceu afirmando que se isto acontecesse ele efetuaria a prisão em flagrante. Foi dito na reportagem:

O MST divulgou uma nota na qual teria declarado que a obstrução da ferrovia [...] foi realizada apenas por garimpeiros, mas o movimento afirma que apóia manifestações contra³⁷ a companhia. A Vale também divulgou nota em que afirma que o MST promoveu hoje invasões a instalações da empresa deixando para trás um rastro de prejuízos e afetando a vida de milhares de pessoas.

Foi dito na matéria que, segundo a companhia, tais ações prejudicariam o crescimento de investimentos no Brasil.

³⁷ Na nota do MST estava escrito “[...] que denunciam [...]”. A narração a partir da nota da companhia foi praticamente literal.

CAPÍTULO III – ESTUDOS DE CASO

3.1 O massacre de Eldorado do Carajás

Manifestantes ligados ao MST marchavam em direção à Marabá, em 1996, para cobrar do governo paraense o assentamento de famílias acampadas. Durante o percurso, perceberam que muitas mulheres e crianças não suportariam a caminhada e então fecharam a estrada, solicitando às autoridades ônibus e comida. Houve negociação, mas o governo estadual decidiu não atender as demandas e os manifestantes - que tinham deixado a rodovia - foram comunicados que não haveria acordo. Em protesto, resolveram fechar novamente a estrada. Policiais militares foram mandados de duas cidades, por ordem do então governador Almir Gabriel, para liberar a via. Os PMs mataram dezenove pessoas.

Um dia depois (18/04), na primeira reportagem do *Jornal Nacional* que apresentou as imagens gravadas durante o massacre, o apresentador disse que o sul do Pará havia voltado a ser “[...] cenário de guerra. O batalhão de choque da polícia militar usou metralhadoras e fuzis. Os integrantes do Movimento Sem Terra tinham foices, facões e revólveres. O resultado foi um massacre: vinte mortos e quarenta e quatro feridos”. Ele continuou sobre imagens chocantes:

Eldorado do Carajás, sul do Pará, final da tarde de ontem. Integrantes do Movimento dos Sem Terra se inflamam durante o discurso de um dos líderes do movimento. Ele convoca os invasores para a resistência. Foices, facões: o confronto se aproxima. Soldados do batalhão de choque da Polícia Militar se posicionam na estrada. Os primeiros tiros são disparados. Os policiais atiram para o alto para intimidar os invasores. Mesmo assim, os sem-terra avançam. Usam sacos de alimentos numa barricada para dividir o território do confronto. Os sem-terra avançam contra os policiais. Disparam tiros de revólver e jogam foices, paus e facões contra a polícia. A resposta é com rajadas de metralhadora. O momento mais dramático: invasores baleados caem, mortos e feridos. Os policiais recuam e se escondem atrás de um caminhão. Os sem-terra se arrastam pelo chão. Um dos sem-terra feridos pega um revólver e tenta reagir, mas é impedido por outros. A mãe dele mostra a perna furada à bala. A trégua é curta. A polícia volta a atacar. Um dos invasores atira e se esconde. Os sem-terra se refugiam num barraco. Escuridão e medo. Homens, mulheres e crianças falam ao mesmo tempo. O som do desespero. Sem tempo para ajustar a câmera, o cinegrafista [...] acompanha a repórter da TV Liberal [...]. Ela sai do barraco e pede aos policiais que não atirem. A polícia avança. Toma o equipamento e arranca a fita de dentro da câmera. A equipe de reportagem é levada para um ônibus da PM e ainda consegue filmar os policiais desbloqueando a estrada sem que eles percebam. Depois de duas horas de confronto, as cenas mais dramáticas: os feridos à espera de atendimento no hospital; os mortos amontoados numa pequena sala do necrotério à espera de remoção.

Em seguida foram mostradas pessoas aguardando notícias em frente a um hospital. Um médico disse que estava chocado com o que tinha visto. Então a reportagem voltou para o acampamento e foram mostradas marcas do massacre, como uma peça de roupa ensanguentada no chão. O repórter afirmou: "O grupo daqui há mais de um ano percorre o sul do

Pará invadindo fazendas e montando acampamentos como este”. Um sobrevivente que havia fingido estar morto foi entrevistado: “Eu estava como morto. Se não fizesse era pior pra mim”. O comandante geral da PM também falou: “Acho que isso é um absurdo, né?! Acho que importante era desobstruir a via que estava obstruída”. O governador do Pará apareceu com a seguinte explicação:

Desobstruir sim porque estava sendo ferido o interesse e o direito do restante da população, mas desobstruir utilizando os métodos de convencimento e todos os demais métodos, evitando-se a violência tão extremada como a que foi feita.

Na continuação foram apresentadas as falas de um líder do MST e de autoridades. João Pedro Stedile disse que haveria responsabilidade do Governo Federal, pois este não estaria fazendo a reforma agrária, nem resolvendo os problemas dos assentamentos. José Sarney, presidente do Senado na época, criticou a violência da polícia. O então presidente Fernando Henrique Cardoso falou:

Há momentos em que o presidente da República deve pessoalmente externar sua preocupação [...] indignação. É inaceitável que tenha havido massacre, quaisquer que sejam as ações. Nada justifica que policiais atirem contra pessoas que estão manifestando suas opiniões. Tenho a convicção que, dessa vez, serão julgados mesmo.

No dia seguinte foi ao ar uma matéria na qual, juntamente com a frase inicial do repórter “Foices, paus, pedras, tiros, rajadas de metralhadora”, foi apresentada isoladamente uma imagem, dentre várias que poderiam ter sido escolhidas: o momento em que os manifestantes avançam com paus e outros objetos para cima da polícia armada, que recua, e então são ouvidos tiros. Elas mostram que policiais atiraram ao ser acudados por agressões de manifestantes. Esta imagem marcou o massacre de um modo que contradiz as falas dos sobreviventes, e foi muitas vezes enfatizada em outras reportagens, como em uma apresentada em 1999 (dia e mês não identificados), por exemplo. MacDougall (1998: 233) aponta:

As for most historical events, we remember not the events themselves (we were not present at them) but the films and photographs we have seen of them. But these may create a commonality of experience more powerful and consistent as social memory than the experiences of many of the actual participants.

Acerca do massacre e de sua pesquisa sobre ele, Nepomuceno (2007: 15-16) escreve:

Trabalhei neste livro entre fevereiro de 2004 e junho de 2007. Entrevistei 32 pessoas, algumas delas várias vezes, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, Belém do Pará, Marabá, Eldorado do Carajás e Parauapebas. Essas conversas resultaram em cerca de 54 horas de gravações, além de três cadernetas repletas de anotações.

Li, da primeira à última, as quase 20 mil páginas que integram os dois inquéritos - o da Polícia Militar e o da Polícia Civil - que investigam o caso. Perdi a conta do número de documentos acadêmicos, análises, ensaios e material de imprensa que consultei. Em 2005 viajei ao Pará, percorri acampamentos do MST e visitei assentamentos rurais na região de Marabá, passando por Eldorado do Carajás, Curionópolis e Parauapebas. Conversei longamente com advogados, promotores e assistentes de acusação que participaram dos julgamentos dos policiais militares. Conversei com políticos paraenses, alguns deles bastante próximos ao ex-governador [...]. Ouvi, de veteranos jornalistas, histórias sobre o poder político no Pará. E, claro, fiz prolongadas entrevistas com várias testemunhas do massacre - os sobreviventes.

Depois disso tudo, cheguei à convicção de que o que aconteceu na tarde da quarta-feira, dia 17 de abril de 1996, no trecho da rodovia PA-150 [...] conhecido como a Curva do S, a escassos quilômetros de Eldorado do Carajás, foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. Ninguém deveria sequer se atrever a usar palavras como 'confronto', 'incidente' ou 'choque' para descrever o que aconteceu [...].

Conforme escreve este autor (2007: 154-155), há várias versões sobre como a ação dos policiais teria começado. Uma delas, assegurada por mais de vinte depoimentos, descreve que a polícia de um dos lados (havia policiais em duas frentes) chegou jogando bombas de gás lacrimogêneo enquanto um líder incentivava a resistência pelo carro de som. Na confusão, um manifestante teria ido em direção à polícia, sendo alvejado com arma de fogo. A reação teria sido a cena exibida frequentemente pelo *Jornal Nacional*. É possível ver esse homem na cena:

ele está caído atrás dos policiais, ao lado de um pneu traseiro direito de um caminhão que está atravessado na estrada.

Nepomuceno (2007: 156-157) escreve:

Não houve, ao contrário do que se tentou difundir logo após a violência e o horror, conflito algum. Não aconteceu nenhum confronto. É verdade que havia homens armados entre os sem-terra, e que eles dispararam contra os policiais militares.

Não há prova alguma - sequer indício razoável - de ter havido mais do que cinco manifestantes armados, que se revezaram no uso das armas [...].

A desproporção entre o armamento e o número de homens armados desmente qualquer possibilidade de confronto. [...].

A própria ação de cada lado, durante o tiroteio, indica, de forma clara, que os sem-terra não tinham a menor condição de confronto algum: eram centenas e centenas de pessoas numa correria desvairada, tratando de escapar da fúria da Polícia Militar, que disparava, golpeava, ameaçava.

O documentário *Eldorado do Carajás: 10 anos* (Pepe Pereira dos Santos, 2006) abriu bastante espaço para as falas das pessoas que sobreviveram ao massacre. Contudo, a cena escolhida pelo telejornal foi editada ao final. Ao exibir a imagem após fala de um sobrevivente sobre a versão que ficaria do massacre, o vídeo contribuiu para fortalecer um equívoco.

Nas terras do bem-virá (Alexandre Rampazzo, 2007) apresentou as imagens gravadas durante o massacre de um modo diferente. A tal cena foi explicada como reativa à agressão que teria sido iniciada pelos policiais. As primeiras imagens - dentre as gravadas durante o massacre -

mostradas neste documentário foram de receio e dispersão dos manifestantes.

3.2 A marcha nacional de 1997

O MST organizou em 1997 uma marcha até Brasília com o intuito de chamar atenção da sociedade para a questão agrária e de protestar contra as políticas adotadas pelo governo federal. Saindo de três regiões do país, os manifestantes mobilizaram, na chegada à capital federal, dezenas de milhares de pessoas. A caminhada, iniciada logo após o fim da novela *O rei do gado*, foi um grande acontecimento para o movimento, que ganhou amplo destaque nos meios de comunicação (Gohn, 2000: 138). Uma comissão foi recebida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

No dia em que chegou em Brasília (17/04) a marcha recebeu amplo destaque no *Jornal Nacional*. A apresentadora introduziu o assunto no início:

A marcha sobre Brasília. O centro do poder na capital está ocupado pelo Movimento dos Sem Terra. Políticos, parlamentares e militantes de outras organizações pegaram carona no ato público que se espalha pela Esplanada dos Ministérios [...].

Uma repórter falou na matéria apresentada durante o telejornal:

Os sem-terra passaram por todos os ministérios. Os funcionários pararam de trabalhar. No ponto final, a Praça dos Três Poderes, segurança reforçada. Os manifestantes foram mantidos à distância do Palácio do Planalto. Eles forçaram a grade. O reforço veio rápido, junto com uma surpresa, a chuva. Mas a manifestação continuou, desta vez em frente ao Congresso. Um protesto para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás. Políticos de vários partidos estavam lá: o ex-governador Leonel Brizola e o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Debaixo de chuva, todos cantaram o hino nacional.

Segundo a repórter, a cidade havia parado para ver a chegada dos “andarilhos”. A reação dos brasilienses teria sido de curiosidade. Além dos jornalistas, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi o único a falar no dia. Em uma longa entrevista apresentada na mesma edição, ele disse:

Eu acho que um país democrático como o nosso precisa se acostumar a que haja esse tipo de manifestação. Claro, tem que ser uma manifestação dentro da democracia. Uma demonstração construtiva. Em meu governo, eu assentei mais gente do que em qualquer período da história do Brasil. [...]. Agora eu acho que é inútil brigar. [...]. Se nos dermos as mãos, vamos assentar mais gente. Isso é que nos temos que fazer.

Ao não abrir espaço para as falas dos manifestantes, a reportagem deixou de divulgar as intenções daqueles que compunham a marcha. A matéria foi encerrada com o anúncio da acusação de pessoas que tinham sido expulsas da marcha: “[...] acusaram os líderes do MST de deixarem os militantes a pé enquanto dormiam em hotéis e almoçavam em restaurantes”.

No documentário *A tomada de Brasília* apareceram muitas falas de manifestantes. Um homem criticou a atuação do governo em relação à reforma agrária. Outro disse sobre a razão de estar marchando:

[...] não é só pela terra, também, que nós estamos pedindo a reforma agrária. Estamos pedindo a reforma agrária porque da reforma agrária é que sai o emprego na cidade, no campo, a educação, justiça e saúde. Onde eu passei eu vi muitas coisas erradas, muitas terras improdutivas [...]. O brasileiro não vai comer capim. O brasileiro come arroz, feijão, carne e o leite.

No documentário não existiu muita preocupação em distinguir os manifestantes organizados pelo MST das outras pessoas que compuseram o comício na capital federal. A manifestação foi apresentada como ato unificado. As reações das pessoas nas ruas mostradas no vídeo foram mais de apoio do que de curiosidade. Muitas batiam palmas enquanto os manifestantes caminhavam.

3.3 Ações da polícia do Paraná em relação ao MST

Em 1999 foram tornadas públicas algumas cenas gravadas pela Polícia Militar do estado do Paraná. Elas mostravam ações da PM em relação ao movimento.

O telejornal fez uma longa reportagem em 1999 (dia e mês não identificados) utilizando o material. A matéria apresentava, em seu início, cenas de treinamento da PM para enfrentar o MST. O repórter apareceu então na frente da sede do governo estadual - tendo um acampamento do MST mais atrás - sugerindo que a situação no segundo plano poderia explicar o treinamento: o MST seria "o principal inimigo do governo". Mais adiante foram mostradas cenas de despejo ilegal e entrevistado o secretário de Segurança Pública, que alegou desconhecer as ações fora da lei praticadas pela polícia.

As imagens também foram utilizadas no vídeo *O arquiteto da violência*. Uma voz masculina, em tom que demonstrou envolvimento, narrou o que seria uma ação orquestrada pelo governo estadual para aumentar a repressão ao MST. A narração citou estatísticas sobre a violência contra pequenos agricultores e criticou o Judiciário - uma atitude incomum tanto nos documentários quanto nas reportagens - apontando que uma juíza teria sido flagrada comemorando desocupações com fazendeiros e seria conhecida por ordens de despejos e detenções.

O narrador continuou sobre imagens de agressão e expulsão: "Milícias armadas de fazendeiros também colaboram com a PM no despejo de agricultores sem-terra. Em muitos casos são as próprias milícias que expulsam os trabalhadores sozinhas, com omissão ou cobertura policial".

Os sons que acompanharam imagens do despejo ilegal foram impactantes. Como estava escuro, pouco podia ser visto, mas o que foi

ouvido foi forte: o choro de uma criança e o desespero de uma mulher. Conforme aponta MacDougall (1998: 221), o som pode realçar o que não está destacado na imagem. Segundo a narração:

Naquela madrugada, cerca de setecentos policiais despejaram trezentas e cinquenta famílias de brasiguaios. A PM e vários capangas queimaram todos os barracos, apreenderam os instrumentos de trabalho e destruíram todos os pertences dos trabalhadores, além de roubar o dinheiro das famílias. Ao final o governo tenta expulsar todas essas pessoas para o Paraguai, mas é impedido por uma manifestação do MST.

Após um acampamento do MST em Curitiba, informou o narrador, o governo estadual teria se comprometido a assentar famílias e a parar a repressão. No entanto, o contrário teria acontecido: a violência e os despejos ilegais teriam aumentado.

Ainda de acordo com a narração, um novo acampamento - com escola, horta e padaria - foi construído na capital estadual para exigir o fim da violência, a libertação dos presos, assentamentos e crédito para as plantações. Depois de seis meses houve uma expulsão durante a madrugada, com proibição da presença de jornalistas e advogados. O MST teria sido então proibido de entrar na capital. Quando tentou, foi repreendido violentamente, como apresentaram imagens de concessionárias utilizadas no documentário. Jaime Lerner, então governador, foi mostrado falando para os meios de comunicação sobre a serenidade de seu governo. O narrador fechou o vídeo:

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu que a ocupação de terra que não cumpre a sua função social não é crime. É um direito coletivo e pressão popular própria do estado de direito democrático. Agora fica a pergunta: quem não respeita a constituição?

3.4 A marcha nacional de 2005

O MST organizou uma marcha de Goiânia a Brasília em 2005 para entregar reivindicações ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mobilizar apoio perante a população e tentar aumentar a importância da questão agrária no debate público.

No documentário *Ergue a tua voz* manifestantes apareceram assistindo o *Jornal Nacional* em um telão. A apresentadora do telejornal apareceu dizendo (2/05) que “integrantes do MST” estariam indo a Brasília para “pedir” que a reforma agrária fosse feita mais rapidamente. Segundo o repórter informou, uma comissão iria entregar ao presidente um documento com reivindicações: “[...] melhoria para quem trabalha no campo e o assentamento de 430 mil famílias até o fim do ano que vem”.

Esta não foi a única apresentação do telejornal sobre a marcha. Em uma segunda matéria (5/05) o repórter chamou atenção para sua organização:

Para a viagem de duzentos quilômetros foi montada uma estrutura. A começar pelo café da manhã. Por dia, são distribuídos vinte mil pães, cento e cinquenta mil litros de água e vinte toneladas de comida. Um kartódromo da cidade foi transformado no local onde as refeições são preparadas. Como participam sem-terra de todo o país, foi respeitado o gosto de cada estado. Por isso, cada *box* prepara um cardápio diferente. No total são vinte e três cozinhas. Além disso, caminhões e quatrocentos ônibus levam o pessoal de apoio. Os sem-terra receberam kits com mochila, produtos de higiene pessoal e a cartilha do movimento. Seis ambulâncias acompanham a marcha. Organização separada também por cores. Branco para a equipe da saúde, verde, infra-estrutura. Vermelho, segurança. Laranja, assessoria de imprensa que controla as entrevistas. A comunicação é feita por dez mil radinhos de pilha distribuídos entre os integrantes. Todos sintonizados na rádio comunitária que transmite de um trio elétrico. Segundo a coordenação, a marcha é financiada principalmente por doações de governos municipais e estaduais, organizações não-governamentais e igrejas.

Ao final, o jornalista falou que o Ministério Público do estado de Goiás poderia investigar a utilização do dinheiro público, o que foi confirmado em uma terceira reportagem, na qual um promotor criticou a destinação da verba.

Um dia após a marcha chegar em Brasília (16/05) foi apresentada no telejornal uma passeata pela capital federal. Representantes do MST estavam sendo recebidos pelo presidente no mesmo horário.

No dia 18 de maio o apresentador falou sobre um acordo entre o movimento e o governo para mudar os índices de definição da produtividade. Um líder, Jaime Amorim, disse: "Nós finalmente fechamos um acordo com o governo em relação à questão dos assentamentos e da

reforma agrária que nós achamos que vai ser importante”. O então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, falou que apesar das restrições orçamentárias, o governo estaria se esforçando.

No documentário *Ergue a tua voz* foram apresentadas muitas entrevistas com manifestantes. As pessoas, perguntadas sobre suas razões de estarem na marcha, responderam, em geral, que estavam demandando direitos.

Conforme mostrou o documentário, dois manifestantes foram recebidos com abraço pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que colocou o boné do MST na cabeça.

O vídeo pretendeu demonstrar que a marcha era notícia no *Jornal Nacional*. Para tanto, focou na reportagem o que era mais compatível com a noção de protagonismo. Isto ficou claro quando optou por editar a matéria do telejornal sem a crítica do repórter à lentidão no trânsito causada pela marcha.

Lutar sempre! criticou a cobertura sobre o MST: foi apresentada uma matéria de programa jornalístico da emissora da Rede Globo de Brasília na qual houve alusão à lentidão do trânsito causada por manifestação durante um congresso do movimento. Depois de mostradas cenas da equipe da afiliada seguindo uma motorista que reclamava, uma mulher ligada ao MST disse que os brasilienses deveriam ver

pessoalmente a produção dos “sem-terra”³⁸, pois os meios de comunicação tinham mostrado apenas os motoristas reclamando.

Agricultores sem terra x imprensa (Anselmo Faria, Cila Schulman, Cláudia Caleman, Liliana Lavoratti, Luiz Bargmann, Ricardo de Oliveira, Teresa Urban e Yolanda Costa, 1986) tratou detidamente da questão da cobertura dos meios de comunicação a partir das opiniões e análises de acampados suscitadas por intervenções dos realizadores.

3.5 Uma ação em relação à Aracruz Celulose

Mulheres organizadas em torno da Via Campesina entraram em uma área da empresa em 2006 e danificaram mudas de eucalipto e instalações. A intenção era confrontar a empresa - propondo um antagonismo com a pequena agricultura - e criticar publicamente - com o auxílio dos meios de comunicação - os impactos sociais e ambientais do agronegócio de grande escala.

No dia em que ocorreu o fato (8/03), o *Jornal Nacional* apresentou:

Depois de render os vigias, rasgaram as estufas e fizeram questão de arrancar com as mãos as mudas dos viveiros. A ação durou meia hora. Armas artesanais foram usadas no quebra-quebra [...]. Os sem-terra também atacaram o laboratório da empresa. Eles quebraram equipamentos

³⁸ Enquanto ela falava, o câmara enquadrava, no segundo plano, frutas sobre uma mesa.

e espalharam pelo chão quinhentos quilos de sementes, que estavam separadas em envelopes. O trabalho de melhoramento das espécies foi perdido, porque as informações ficaram misturadas.

Após a descrição da ação, foi mencionado o prejuízo causado a partir de cálculo da empresa. A analista do laboratório, que estava de férias, teria se desesperado “[...] ao ver vinte anos de pesquisa jogados no lixo [...]”: “Eu montei esse laboratório, tudo, peça por peça. Agora eu vejo tudo destruído, é como se uma parte da minha vida estivesse destruída aqui”. O gerente florestal da empresa disse: “É uma agressão para o agronegócio. Isso assusta. Isso aí vai fazer com que a empresa repense alguns investimentos que faria no estado”. O então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, declarou: “Essa ação não tem nada a ver com o programa de reforma agrária. O programa se faz constitucionalmente em cima de áreas improdutivas. Portanto, essa ação nesse laboratório deve ser tratada dentro do Poder Judiciário”. Ao fim foi mostrada a fala de um líder que demonstraria “[...] os novos alvos do movimento”: “Não é mais o capital industrial que controla a agricultura. É o capital financeiro. As transnacionais. O inimigo não é mais o latifundiário tradicional, é o grande capital internacional”.

No dia 9 de março a apresentadora iniciou: “Boa noite. Um dia depois de destruir um laboratório de pesquisa agropecuária no Rio Grande do Sul, as sem-terra que participaram do quebra-quebra comemoraram”. Imagens gravadas por uma câmera escondida mostraram mulheres

explicando com entusiasmo a ação. “Foi um estrago total”, disse uma delas. Um líder, identificado como coordenador do MST, falou: “As companheiras mulheres estão de parabéns porque tiveram coragem de fazer um ato para chamar a atenção da sociedade.” O Ministério Público do Rio Grande do Sul estaria investigando a ação.

A apresentadora afirmou em outra matéria do *Jornal Nacional* (25/04/2006) que a Justiça do Rio Grande do Sul teria autorizado “[...] a quebra do sigilo bancário de grupos ligados ao MST por causa da destruição de um laboratório de pesquisas da empresa [...]”, pois o Ministério Público suspeitaria que a “depredação” teria sido financiada com dinheiro estrangeiro. Segundo o repórter, dinheiro de vários países sem comprovação de origem teria sido achado em “uma das sedes do grupo” que teria praticado a ação. Um promotor de Justiça apareceu falando: “[...] um demonstrativo de que a captação desses recursos vinha sendo feita através de uma atuação ilegal, de uma organização criminosa”. O repórter narrou o “ataque” à empresa por cima de imagens de plantas derrubadas e instalações danificadas, informando que, dentre outras pessoas, um líder do MST estaria sendo processado, acusado de ter participado da coordenação da ação. No fim, a apresentadora disse que o motorista do ônibus utilizado na ação teria alegado ter sido sequestrado pelos “invasores” e estaria sob proteção da polícia. E encerrou a matéria anunciando: “Em nota, o MST e a Via Campesina afirmam que a denúncia do Ministério Público é baseada em suposições e não tem base jurídica”.

Essas reportagens não foram as últimas envolvendo a Aracruz. Uma matéria do telejornal exibida em 2009 (10/03) anunciou uma série de ações de mulheres ligadas à Via Campesina. A empresa estaria envolvida em uma delas. Segundo a repórter, celulose pronta para ser exportada havia sido danificada, o que teria causado enorme prejuízo.

Tampouco foram as primeiras. No dia 11 de março de 1998 o MST havia ocupado, juntamente com indígenas, uma área que, segundo o *Jornal Nacional*, seria da empresa. A “invasão” conjunta seria apoio do movimento aos indígenas, que já haviam “ganhado” terras, mas queriam “mais”, segundo expôs o apresentador.

Não houve, nessas matérias apresentadas no *Jornal Nacional*, o cuidado de tratar dos impactos sociais e ambientais causados pela empresa. A ação foi proposta enquanto antagonismo entre a “[...] Via Campesina, formada pelo MST e outros movimentos sociais”, e a ciência, com prejuízo para a imagem do movimento perante muitos brasileiros.

“[...] a gente quer botar na pauta de discussão da sociedade e do governo é onde se investe: onde gera comida ou onde gera apenas material de exportação [...]”, afirmou uma coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas em uma entrevista mostrada no documentário *Rompendo o silêncio* (Via Campesina, 2006). Nele, uma série de falas são apresentadas pelos realizadores para demonstrar os impactos negativos que seriam causados pela empresa, como a diminuição da diversidade de flora e fauna.

A narradora procurou enaltecer a visão de que os pequenos agricultores deveriam ser mais apoiados pelo governo federal, pois produziriam alimentos para consumo dentro do país, enquanto a Aracruz exportaria 98% de sua produção e geraria um emprego para cada vinte e cinco hectares de terra. Em três fábricas localizadas do Espírito Santo, a empresa consumiria em água o equivalente a uma cidade de 2,5 milhões de habitantes. Uma cartela preta foi apresentada: “Estudos da FUNAI identificaram 18070 hectares como sendo terras indígenas [...]. Porém 11009 ainda se encontram em poder da empresa [...]”. Em seguida, uma anciã indígena falou da ausência de caça depois do início da plantação de eucaliptos pela empresa. Tudo estaria envenenado, segundo ela. A narração apontou o impacto aos indígenas e quilombolas com a chegada da empresa: teria ocorrido violência e redução populacional drástica nessas populações.

Apesar do nome, o silêncio não foi rompido do modo como o vídeo quis sugerir, pois as questões que os movimentos quiseram trazer à tona permaneceram quase intocadas.

3.6 O caso da Syngenta

Informados em 2006 que uma multinacional do agronegócio de grande escala estaria cometendo um crime ambiental ao plantar sementes

de soja transgênicas em área de amortecimento de parque estadual, a Via Campesina e o MST resolveram entrar na área. Ocuparam-na três vezes. Na última, em 2007, houve uma ação de seguranças da empresa contratada pela multinacional que resultou em uma morte de cada lado.

O apresentador abriu uma matéria do *Jornal Nacional* de 22 de outubro de 2007 lendo:

A polícia não identificou os autores dos tiros que mataram um agente de segurança e um sem-terra num confronto [...]. Neste fim de semana os agricultores tinham invadido a área pela terceira vez [...] que realiza pesquisas com sementes geneticamente modificadas. Os sem-terra da Via Campesina são contrários às pesquisas.

Foram apresentadas falas de representantes de ambos os lados. Elas se acusavam mutuamente em relação às responsabilidades. O delegado envolvido com o caso falou que existiam indícios de execução que incriminariam os seguranças. A ilegalidade das plantações e a visão dos atores envolvidos sobre a questão dos transgênicos não foram apresentadas de modo a possibilitar que o telespectador entendesse melhor o que acontecera.

No documentário *Nem um minuto de silêncio: fora Syngenta do Brasil* (Brigada de Audiovisual da Via Campesina, 2008), um líder do MST no Paraná falou sobre a razão da ação:

Depois de várias denúncias [...] a Via Campesina discutiu que ocuparia [...] por ela estar cometendo um crime ambiental muito grande, né, que é estar plantando soja transgênica na área de amortecimento do parque nacional.

A segunda ocupação teria ocorrido depois de o governo estadual considerar a área pública, e a terceira por rumores de que a empresa voltaria a incorrer na ilegalidade.

Uma câmera de vídeo foi utilizada pelos manifestantes. Foram gravadas diversas cenas, como a de um segurança aparecendo com uma arma na mão em frente à portaria da empresa, e outra, mostrando, com auxílio de identificação escrita, uma conversa que teria acontecido entre gerentes da Syngenta, policiais e seguranças. As imagens gravadas foram inseridas no documentário e usadas como material de investigação pelo delegado que tratou do caso.

O vídeo, que não mencionou a morte do segurança, mostrou falas de líderes que estariam sendo ameaçados de morte e uma crítica do governador do estado, Roberto Requião, à empresa:

A Syngenta não é bem-vinda ao Paraná. Se ela fizesse lá o que faz aqui, os seus diretores estariam todos na cadeia [...]. É preciso que se entenda que nós não somos o quintal das multinacionais. Elas vêm fazer experiência com a nossa gente, como se nós fossemos cobaias?

CONCLUSÃO

Os líderes do MST consideram importante que o movimento seja apresentado com constância nos meios de comunicação de longo alcance. Com o auxílio dessa evidência, o MST influencia governos, conquista o apoio de determinados setores urbanos e desperta a atenção de famílias assentadas ou que possam vir a ocupar terras.

Talvez uma das pistas para entender essa concepção esteja na colocação de Silva (1985: 36-37) de que uma reportagem pode ser vista de vários modos por quem a assiste:

O noticiário relativo à greve dos metalúrgicos do ABC de 1980 foi produzido pela Rede Globo com a clara intenção de prejudicar o movimento sindical e oferecer uma imagem simpática do governo. A percepção desses objetivos foi tão clara que alguns funcionários da Globo chegaram a ser hostilizados pelos grevistas no estádio da Vila Euclides. Mas no Nordeste do Brasil, no bairro operário de Lagoa Seca, em Natal, Rio Grande do Norte, as expectativas da audiência eram outras e a simples menção e divulgação da existência e continuidade da greve do ABC (...) tiveram o efeito de catalisar interesses e ajudar a organização dos trabalhadores locais.

No entanto, apesar das inúmeras possibilidades de recepção, o MST tem se tornado cada vez mais instrumento da maioria daqueles que o divulgam, pois ele tem sido apresentado principalmente em relação à

violência, à ilegalidade, às imagens fortes, às frases impactantes e aos antagonismos com autoridades ou grupos dominantes.

No que diz respeito às reportagens sobre o MST no *Jornal Nacional*, é tão importante o que sobre ele é apresentado quanto o que não é. A segurança advinda da posse da terra, a busca por direitos garantidos pela Constituição Federal e a melhoria das condições de vida, fundamentais para as famílias de pequenos agricultores e para a atuação do MST, têm sido preteridas nas reportagens. Os documentários tratam predominantemente dessas dimensões.

De um modo geral, parecem existir dois “MSTs”: aquele mostrado pelo *Jornal Nacional*, que estaria fadado ao fracasso, e aquele apresentado pelos documentários, que estaria progredindo.

Uma última comparação é esclarecedora. Segundo Silva (1985: 110):

No dia 9 de dezembro de 1981 o *Jornal Nacional* levou ao ar uma reportagem sobre a transferência de colonos do acampamento de Ronda Alta para o Mato Grosso. O *Jornal Nacional* mostrou agricultores felizes embarcando e dizendo-se muito satisfeitos com a mudança. Esses camponeses derramavam-se em elogios ao INCRA. Uma ligeira menção apenas foi feita ao fato de que 295 famílias de posseiros de Ronda Alta haviam se recusado a seguir e nenhuma referência à passeata que essas famílias tentaram realizar para protestar contra a decisão do INCRA.

Tratava-se da Encruzilhada Natalino, acampamento simbolizou a derrota da estratégia dos militares em forçar famílias a irem para os

projetos de colonização em outros estados. Muitas foram, como relatou a reportagem, mas muitas ficaram e foram símbolo de resistência e incentivo para outros pequenos agricultores.

No documentário *Encruzilhada Natalino* (1981) apareceu uma marcha dos acampados na qual um homem falava ao megafone: "Protestamos contra a proposta de levar nós para outro estado". As pessoas responderam: "Protestamos! Protestamos! Protestamos!"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADO. Disponível em: <estadao.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

ALDÉ, A.; LATTMAN-WELTMAN, F. *O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica da vida cotidiana do nosso estado de natureza*. Disponível em: <doxa.iuperj.br/artigos/MST2.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2009.

ALMEIDA, H. B. 2003 *Telenovela, gênero e consumo: muitas mais coisas*, Bauru, EDUSC.

ARCOVERDE, C. C. 2003 *O Jornal Nacional e o massacre de Eldorado do Carajás*, São Paulo, monografia, PUCSP, 87 pp.

BUCCI, E. 1996 *Brasil em tempo de TV*, São Paulo, Boitempo.

_____. 1997 "Maledetto latifúndio", *Teoria e debate*, São Paulo, ano 10, n. 34: 32-39.

_____.; KEHL, M. R. 2004 *Videologias*, São Paulo, Boitempo.

CAIUBY NOVAES, S. 2004 "Imagem em foco nas Ciências Sociais", in: CAIUBY NOVAES, S. et al. *Escrituras da imagem*, São Paulo, EDUSP, 2004, pp. 11-17.

GOHN, M. G. 2000 *Mídia, terceiro setor e o MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*, Petrópolis, Vozes.

GOVERNO FEDERAL. *Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo*. Disponível em: <mte.gov.br/trab_escravo/7337.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2009.

HAMBURGUER, E. 2005 *O Brasil antenado: a sociedade da novela*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

MACDOUGALL, D. 1998 *Transcultural cinema*, Princeton, Princeton University Press.

MANÇANO, B. 2000 *A formação do MST no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

MARÇOLLA, A. Z. 2000 *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no contexto discursivo do Jornal Nacional: a palavra e a imagem*, Viçosa, dissertação, UFV, 209 pp.

MARTINS, J. S. 2003 "O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos", in: MARTINS, J. S. (org.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 7-52.

_____. 2008 "A epifania dos pobres da terra", in: MAMMI, L.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). *8 X fotografia*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 133-171.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <mda.gov.br>. Acesso em: 4 dez. 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Coletiva de imprensa*. São Paulo, 19 jan. 2009.

NAVARRO, Z. 2002 "Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil", in: SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para viver. Os*

caminhos da produção não capitalista, v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 189-232.

NEPOMUCENO, E. 2007 *O massacre - Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*, São Paulo, Planeta.

PASSOS, A. A. 1999 *Compreensão do Jornal Sem Terra pela teoria da ação comunicativa*, Viçosa, dissertação, UFV, 109 pp.

SALGADO, S. 1997 *Terra*, São Paulo, Companhia das Letras.

SANTOS, M. M. 2004 *Sentidos deslegitimadores e legitimantes do MST no Jornal Nacional: um estudo do discurso do Jornal Nacional sobre o MST*, Recife, mestrado, UFPE, 129 pp.

SILVA, C. E. L. 1985 *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*, São Paulo, Summus.

VARGAS, I. J. 2006 *Ocupando manchetes: como o MST agenda a mídia. Estudo sobre as estratégias de agendamento do Movimento dos Sem Terra no abril vermelho*, Brasília, dissertação, UnB, 161 pp.

FILMOGRAFIA

A classe roceira. 1985. Berenice Mendes. Documenta. 29 min.

A tomada de Brasília. 1997. Alderon Pereira da Costa. Rede Rua de Comunicação. 16 min.

Agricultores sem terra x imprensa. 1986. Anselmo Faria, Cila Schulman, Cláudia Caleman, Liliana Lavoratti, Luiz Bargmann, Ricardo de Oliveira, Teresa Urban e Yolanda Costa. Videovideo. 26 min.

Brava gente. 2004. Governo do Paraná. VBC. 25 min.

Cabra marcado para morrer. 1984. Eduardo Coutinho. Eduardo Coutinho e Mapa. 119 min.

Caminhando para o céu. 2004. Ayrton Centeno e Carlos Carmo. Casa Nova. 25 min.

Cooperunião. 2000. Renato Levi. TV Cultura e Instituto Ecoar de Cidadania e Cultura. 28 min.

Eldorado do Carajás: 10 anos. 2006. Pepe Pereira dos Santos. MST. 41 min.

Encruzilhada Natalino. 1981. Ayrton Centeno e Guaracy Cunha. 22 min.

Ergue a tua voz. 2005. Aline Sasahara. MST. 46 min.

Fruto da terra. 2008. Tetê Moraes. VemVer. 15 min.

Los sin tierra: por los caminos de América. 2003. Miguel Barros. El Deseo e Produce +. Espanha. 72 min.

Lutar sempre! - V Congresso Nacional do MST. 2007. Brigada de Audiovisual da Via Campesina. 29 min.

Maioria absoluta. 1964. Leon Hirszman. Meta. 18 min.

Nas terras do bem-virá. 2007. Alexandre Rampazzo. Varal Filmes. 110 min.

Nem um minuto de silêncio: fora Syngenta do Brasil. 2008. Brigada de Audiovisual da Via Campesina. 23 min.

O arquiteto da violência. 2000. CPT e MST. 17 min.

O país de São Saruê. 1971. Vladimir Carvalho. João Ramiro Mello. 80 min.

O sonho de Rose: 10 anos depois... 2000. Tetê Moraes. VemVer Brasil. 92 min.

O tempo e o lugar. 2008. Eduardo Scorel. Cinefilmes. 98 min.

IV Congresso. 2000. Aline Sasahara, Jovana Cestille e Maria Luisa Mendonça (coord.). MST. 18 min.

Raiz forte. 2000. Aline Sasahara e Maria Luisa Mendonça. Centro de Justiça Global. 41 min.

Rompendo o silêncio. 2006. Via Campesina. FASE e Via Campesina. 16 min.

Terra é mais que terra. 2002. Aline Sasahara e Estevão Tutu Nunes. MST. 43 min.

Terra para Rose. 1987. Tetê Moraes. VemVer Brasil. 83 min.

Um dia na vida do acampamento. 1986. Anselmo Faria, Cila Schulman, Cláudia Caleman, Liliana Lavoratti, Luiz Bargmann, Ricardo de Oliveira, Teresa Urban e Yolanda Costa (coord.). Videovideo. 42 min.

Uma luta de todos. 2000. Berenice Mendes, Fernanda Pompeu, Lu Rufalco, Mauro Zanatta, Peter Lorenzo, Robilan Saiz (coord.). 27 min.

Zé Pureza. 2006. Marcelo Hernandez Macedo, 2006. Margarida Filmes, UERJ, Museu Nacional e NEAD. 97 min.